



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD

EQSW 103/104 - Complexo Administrativo – Bloco “B”, Térreo, Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília - DF
Caixa Postal 7993
Telefones: (61) 3341-9448/3341-9208 FAX.: (61) 3341-9499

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Nº 001\2011 DE 18/05/2011

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental
PROJETO PNUD BRA/08/023**

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTES EDITAIS, POR CARTA REGISTRADA, ATÉ O **DIA 03 DE JUNHO DE 2011** PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:

**PROJETO PNUD BRA/08/023 - PROJETOS ESPECIAIS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO
EQSW 103/104 – COMPLEXO ADMINISTRATIVO, BLOCO “B”, TÉRREO – SETOR SUDOESTE
CAIXA POSTAL Nº 7993
70673-970 – BRASÍLIA – DF**

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do **EDITAL E CÓDIGO DA VAGA** desejada esteja descrito na parte externa do envelope. O candidato que desejar concorrer a mais de uma vaga deverá encaminhar um currículo para cada código em envelopes diferentes.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 *“É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional”.*

ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 36

2- **Setor Responsável:** Coordenação Geral de Visitação - **3- Diretoria:** DIREP-ICMBio

3 – Função do profissional a ser contratado: Consultor Especializado

5.Contexto: A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e cont m um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km², sendo cortada por milhares de rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta.

A Estação Ecológica (ESEC) de Anavilhanas foi criada no ano de 1981, pelo Decreto n 86.061 do dia 2 de junho, abrangendo os municípios de Manaus, Novo Airão e Iranduba, no estado do Amazonas, com área total aproximada de 350 mil ha. Trata-se de um Arquipélago fluvial situado no rio Negro, cerca de 40 km acima da Cidade de Manaus, formado por 400 ilhas com centenas de lagos, rios, igapós e igarapés ricos em espécies vegetais e animais. A principal via de acesso   Estação Ecológica de Anavilhanas é o rio Negro, podendo a mesma ser acessada também por via terrestre ou aérea. A Estação possui quatro bases, sendo três delas acessíveis somente por barco. A base que também   acessível por via terrestre é a Base de Novo Airão, que funciona como Sede Administrativa da Estação.

De novembro a abril, períodos das cheias do rio Negro, muitas ilhas ficam submersas e os animais se refugiam nas partes mais elevadas. Quando as águas baixam as ilhas deixam à mostra praias e canais que entrecortam a região.

Os recursos naturais da Estação são de elevado grau de primitividade, tendo em vista que o atual estágio de desenvolvimento amazônico ainda não foi capaz de alterar significativamente os ecossistemas ali encontrados. Esse mesmo motivo conferiu a Anavilhanas altos níveis de intocabilidade no passado, com a criação da Estação Ecológica.

Dentre os ecossistemas protegidos, três conferem   Estação especial significado conservacionista. São esses: as Campinas e Campinaranas, as Caatingas-gap  e os Chavascais, os quais possuem distribuição restrita e são encontradas em reduzido número de áreas protegidas, além de abrigarem espécies com alto grau de especialização e endemismo.

Em termos de fauna, segundo o Plano de Manejo da ESEC, Anavilhanas também é especial, e serve de abrigo e proteção para mais de dez espécies de mamíferos ameaçadas de extinção, além de abrigar mais de uma dezena de espécies notáveis de aves, das quais inúmeras encontram-se ameaçadas, o que torna o local especial para observação de aves. São encontradas também algumas espécies bastante raras embora não ameaçadas de anfíbios e r pteis e um conjunto de espécies da ictiofauna representativas do rio Negro, com mais de 334 espécies distribuídas em seus vários ambientes, como lagos, rios e igarapés.

Devido à beleza exuberante de suas praias, fauna e flora o arquipélago sempre foi uma das maiores atrações turísticas do estado do Amazonas e em decorrência disso a unidade de conservação teve sua categoria alterada para Parque Nacional por meio da Lei não 11.799, de 29 de outubro de 2008. Com a mudanç a de categoria a atividade de visitação ganhou importância, tornando-se um dos principais programas de manejo da UC, o que implica uma revisão dos estudos específicos de uso público e planos existentes. Além disso, o aumento atual e potencial da demanda de visitação faz com que se torne necessário e urgente orden -la, de modo a manter a integridade da unidade e garantir a satisfação do visitante.

Manaus e Novo Airão são os p los irradiadores dos visitantes para a região de Anavilhanas, juntamente com Iranduba e Manacapuru, essas em menor proporção.

Este Termo de Referência (TdR) visa contratar profissional habilitado para promover, com base nos estudos pré-existentes e em pesquisa primária e atividades de campo, a elaboração do planejamento do Uso Público do Parque Nacional de Anavilhanas, o qual subsidiar  a revisão do Plano de Manejo da unidade e compor  seu Programa de Uso Público. Os produtos serão supervisionados pela Equipe Técnica do ICMBio (PNA e CGEVI).

6. Justificativa: Devido à beleza exuberante de suas praias, fauna e flora o arquipélago de Anavilhanas sempre foi uma das maiores atrações turísticas do estado do Amazonas. Em decorrência disso, a unidade de conservação teve sua categoria alterada de Estação Ecológica para Parque Nacional, por meio da Lei n 11.799, de 29 de outubro de 2008. Com a mudanç a de categoria a atividade de visitação ganhou importância, tornando-se um dos principais programas de manejo da UC, o que implica uma revisão dos estudos específicos de uso

público e planos existentes. Além disso, o aumento atual e potencial da demanda de visitação faz com que se torne necessário e urgente ordenar as atividades, de modo a manter a integridade da unidade e garantir a satisfação do visitante.

7. Propósito da contratação: O objetivo do presente TdR é a contratação de consultor (pessoa física) para elaborar o planejamento do uso público para o Parque Nacional de Anavilhanas, que irá compor o Programa de Uso Público do Parque, no âmbito da revisão do seu Plano de Manejo.

8. Descrição das atividades:

- A primeira atividade é a elaboração de um Plano de Trabalho que deverá ser discutido e aprovado pela equipe do ICMBio (PNA e sede), contendo metodologia de trabalho detalhada e cronograma de execução das atividades.
 - Para a execução do trabalho objeto deste TdR estão previstas, no mínimo, 02 viagens para o PNA e seu entorno, as quais deverão ter duração de, no mínimo, 15 dias cada. Uma das viagens deve ser necessariamente realizada na época seca, para permitir ao consultor percorrer as praias e trilhas de terra firme e de igapós. Além das atividades de campo, o consultor deverá realizar reuniões com a equipe da Unidade de Conservação, para coleta de informações/dados e para submeter suas propostas à análise e contribuições do grupo.
 - Estão previstas pelo menos duas reuniões envolvendo os atores locais (*trade* de turismo local, além de outros atores de interesse identificados pela equipe da UC): a primeira no início do trabalho, para apresentação do consultor, dos objetivos da contratação e para a coleta de informações/dados; e a segunda no final do trabalho, para apresentação das propostas para o uso público do PNA elaboradas pela consultoria. Para tal, as datas das reuniões deverão ser acordadas com a equipe da unidade, com antecedência mínima de 30 dias. A equipe da UC deverá se responsabilizar pela mobilização do *trade* de turismo local.
- 8.1.** Com base em pesquisa secundária (documentos e dados existentes sobre a unidade), caracterizar a unidade de conservação, as atividades de uso público previstas (no Plano de Manejo e no Plano de Uso Público da Estação Ecológica de Anavilhanas), bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio ao uso público propostos. Relacionar as informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos ao Parque, municípios de onde vem a demanda de visitação, desenvolvimento do turismo no entorno etc.).
- 8.2.** Diagnóstico das Atividades de Uso Público Desenvolvidas no Parque Nacional de Anavilhanas e em seu entorno, com base em pesquisa primária e atividades de campo:
- 8.2.1** Levantamento das seguintes informações e mapeamento de áreas:
1. Descrição e avaliação das atividades de recepção do turista.
 2. Caracterização das atividades de uso público previstas no Plano de Manejo e no Plano de Uso Público da Estação Ecológica de Anavilhanas e sua evolução: as atividades implementadas e em operação; aquelas previstas, implementadas e fora de operação; atividades previstas e não-implementadas; e aquelas não-previstas mas implementadas. Identificar e georreferenciar os locais, no interior da UC, onde essas atividades são exercidas e seus atrativos. Qualificar os atrativos naturais, culturais e históricos existentes. Para cada atrativo determinar: 1) o acesso mais adequado; 2) as atividades em operação relacionadas aos atrativos (caminhadas, visitação, esportes náuticos e demais atividades subaquáticas e/ou aquáticas, dentre outras); 3) identificação, espacialização, caracterização e qualificação da infraestrutura e equipamentos de apoio ao uso público disponíveis, e aqueles que são efetivamente utilizados; e 4) os procedimentos de visitação adotados.
 3. Classificação, em forma de tabela, das atividades como recreativas, educativas ou interpretativas.
 4. Identificação dos problemas operacionais e logísticos das atividades de uso público, inclusive aqueles decorrentes de variações sazonais na visitação.
 5. Descrição da distribuição dos visitantes entre os atrativos existentes e identificação dos motivos para o padrão observado, considerando a sazonalidade da visitação.
 6. Identificação do perfil socioeconômico dos visitantes (sexo, renda, escolaridade, faixa etária), origem, motivações, expectativas da viagem e aspectos valorizados, além do tempo de permanência nos locais e perfil de gastos dos visitantes.
 7. Identificação do perfil comportamental dos visitantes durante as atividades turísticas.

8. Identificação do grau de satisfação do visitante com os atrativos e com a infraestrutura turística do entorno (pousadas, restaurantes, bares, agências etc.) e quais são os aprimoramentos na UC que motivariam maior visitação, maior gasto e melhor conservação da unidade.
9. Identificação do número de visitantes e/ou tamanho dos grupos em cada atividade realizada, com base nos levantamentos de campo.
10. Caracterização dos tipos de veículos e embarcações utilizados nas atividades de uso público (tração 4x4, barcos, voadeiras, entre outros), no interior do PNA, informando o modo como tal atividade interfere na dinâmica ambiental.
11. Identificação dos principais impactos (positivos e negativos) de cada uma das atividades analisadas, informando o modo como afetam o PNA e os visitantes.
12. Levantamento das condições de uso em que se encontram as infraestruturas para o uso público do PNA (centro de visitantes, postos de informação etc.), bem como os equipamentos facilitadores integrantes de cada atividade realizada, tais como: pontes, escadas, guarda-corpo, sanitários, bancos, mesas, mirantes etc. Identificar também as condições das trilhas (erosão, entre outros) etc.
13. Identificação e qualificação da disponibilidade e condições de utilização dos equipamentos/instrumentos de apoio, como sinalização, folhetos e outros, descrevendo cada item existente e analisando suas formas e possibilidades de uso.
14. Descrição dos procedimentos operacionais adotados para cada atividade realizada.
15. Levantamento da situação fundiária de cada um dos sítios em que se desenvolvem as atividades de uso público, com base em informações da chefia do PNA, de documentos disponibilizados e/ou por meio de informações levantadas junto a outras fontes.
16. Caracterização da atividade turística no entorno e influência desta atividade na visitação do PNA. Avaliar a possibilidade de operação de roteiros integrados entre o Parque e outras UC da região e entre a UC e os atrativos do entorno.
17. Descrição, de forma expedita, dos serviços disponíveis no entorno, tais como hospedagem, alimentação, transporte etc., avaliando a qualidade e o custo dos serviços prestados, além dos serviços básicos existentes nos núcleos urbanos próximos (saúde, comunicação etc.). Avaliar se e de que forma a disponibilidade e a qualidade desses serviços influencia no desenvolvimento da visitação na UC.
18. Identificação das formas de envolvimento da população local no desenvolvimento das atividades de uso público e serviços turísticos.
19. Identificação das oportunidades para as comunidades locais, por meio de produtos turísticos, atividades e serviços de uso público e outras formas de inserção como, por exemplo, artesanato local, hospedagem, pacotes, festas populares, culinária e outros.
20. Identificação dos programas de turismo locais, regionais e nacionais, bem como os meios de divulgação das atividades de uso público do PNA.
21. Identificação das formas de comercialização de produtos dentro e no entorno do PNA, especialmente aqueles que utilizem a sua imagem.
22. Identificação dos pontos de maior concentração de visitantes nas proximidades e no interior do PNA.
23. Relacionar os impactos econômicos e ambientais no PNA e em sua região, decorrentes do desenvolvimento das atividades de visitação.
24. Descrever e analisar o sistema de sinalização no PNA, bem como no seu entorno.
25. Analisar a abrangência das atividades relacionadas à educação ambiental, tais como: o número de escolas que visitam a UC, número de organizações comunitárias, público beneficiário, as formas de envolvimento. Relacionar o calendário de palestras nas escolas, junto às organizações comunitárias, ao número de escolas e municípios contemplados.
26. Identificar a existência ou não de parcerias para as atividades de educação ambiental.

8.2.2. Identificar, caracterizar e analisar o uso público potencial do Parque, com base nas características dos atrativos identificados, cujo uso público atual é informal, incipiente, desorganizado ou inexistente.

27. O perfil dos visitantes para as atividades em potencial;
28. Os prováveis impactos econômicos e ambientais dessa visitação;
29. As principais oportunidades e riscos que o fomento dessa visitação representaria para a Unidade.

8.2.3. Identificar oportunidades para as comunidades locais, por meio de produtos tursticos, atividades e servios de uso público e outras formas de inserção como, por exemplo, artesanato local, hospedagem, pacotes, festas populares, culinária e outros.

8.2.4. Descrever e analisar a dinâmica e a abrangência das atividades relacionadas à educação ambiental, tais como: o número de escolas que freqüentam o PNA, o número de organizações comunitárias, o público beneficiário e as formas de envolvimento. Identificar a existência ou não de parcerias para as atividades de educação ambiental. Relacionar o calendário de palestras nas escolas (se houver), junto às organizações comunitárias, o número de escolas e municípios contemplados.

8.2.5. Elaborar mapas da UC com todas as áreas de visitação identificadas, destacadas por categoria de uso (trilhas terrestres, aquáticas, praias etc.), sazonalidade, grau de dificuldade, equipamentos facilitadores e infraestruturas existentes, que deverão ser classificados por tipo (ponte, escada, placa sinalizadora, banheiro etc.), entre outras análises específicas, em formato A4, A3 e A0. No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para os atrativos a partir de Novo Airão e Manaus e as distâncias entre cada atividade (com a espacialização das cidades de Novo Airão e de Manaus), além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno do PNA.

Detalhar, por meio de croqui, cada atividade de uso público existente, com a localização e tipo de equipamento facilitador e/ou infraestrutura existente.

8.3. Proposição de Atividades de Uso Público para o Parque Nacional de Anavilhanas

8.3.1. Apresentar propostas para a adequação e melhoria das atividades de uso público existentes, além de novas propostas de atividades a serem desenvolvidas no Parque.

- Identificar os locais, dentro do PNA, onde as atividades estão sendo propostas e seus atributos naturais, com detalhamento do meio físico onde estão inseridas e suas áreas de entorno.
- Indicar a infraestrutura necessária, bem como sua localização, para o desenvolvimento das atividades de uso público, tais como banheiros, lanchonetes, estacionamento, entre outros, buscando, sempre que possível, soluções de utilização da mesma infraestrutura para mais de uma atividade e por área de interesse.
- Indicar as necessidades e os locais de implementação de equipamentos facilitadores (corrimão, ponte, escada, placas sinalizadoras e interpretativas, etc.) para cada atividade, bem como a manutenção ou reposição daqueles já existentes no PNA, para atender adequadamente suas funções.
- Indicar as necessidades, os locais de implementação, a temática e as caractersticas dos equipamentos para interpretação ambiental.
- Indicar os equipamentos/instrumentos de apoio (sinalização, folders, cartilhas, entre outros) que deverão ser utilizados/produzidos para o desenvolvimento e divulgação das atividades.
- Relacionar as a es de manejo dos recursos ambientais e/ou culturais necessários para a implementação de cada atividade.
- Georreferenciar e identificar em mapa da Unidade todas as atividades propostas.
- Apresentar o desenho de cada atividade, com a descrição detalhada de seu procedimento, equipamentos necessários, pessoal mínimo para sua operação, tempo de operação estimado, perodos em que é praticada e outros dados necessários à sua implementação e operação.
- Apresentar cada atividade de uso público em croquis, desenhos esquemáticos e/ou outras formas de ilustração, com as informações de como ela se processaria, indicando o local de início, trajeto a ser percorrido, com estimativa de tempo e distância, local da atividade e tempo de permanência e retorno, com apresentação de fotos para maiores esclarecimentos.
- Indicar as normas e procedimentos de operação, manutenção, segurança, monitoramento e necessidade de condução ou guiaagem de cada atividade.

- Indicar o perfil do visitante para cada atividade, fundamentado em informações disponíveis em literatura especializada.
- Apresentar sugestões sobre a forma que os trabalhos deveriam ser operacionalizados, se pelo ICMBio e/ou por empresas terceirizadas, com a descrição do tipo de trabalho que deverá ser realizado por cada um deles, apresentando ainda os aspectos positivos e negativos destas alternativas.
- Indicar as possibilidades de inserção das comunidades locais no desenvolvimento e execução das atividades de visitação e/ou educação ambiental propostas.
- Apresentar opções de desenvolvimento para as atividades turísticas identificadas no entorno, indicando possibilidades de integração destas atividades com o PNA.
- Indicar e apresentar programas que deverão ser desenvolvidos pelo PNA, a fim de integrar a comunidade local no processo de preservação e conservação da Unidade, tais como programas de educação ambiental, de capacitação, etc.
- Construir cenários que ilustrem a provável evolução da oferta e demanda de uso público da Unidade e seu entorno, incluindo medidas recomendadas para minimizar riscos e maximizar oportunidades a médio e longo prazo;
- Apresentar avaliação quanto à possibilidade de criação de um roteiro turístico integrado entre o PNA e as demais Unidades de Conservação circunvizinhas.
- Elaborar mapas da UC com todas as áreas de visitação (existentes e propostas), destacadas por categoria de uso (trilhas terrestres, aquáticas, praias etc.), sazonalidade, grau de dificuldade, equipamentos facilitadores e infraestruturas existentes, que deverão ser classificados por tipo (ponte, escada, placa sinalizadora, banheiro etc.), entre outras análises específicas, em formato A4, A3 e A0. No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para os atrativos a partir de Novo Airão e Manaus e as distâncias entre cada atividade (com a espacialização das cidades de Novo Airão e de Manaus).
- Construir cenários que ilustrem a provável evolução da oferta e demanda de uso público da Unidade e seu entorno, incluindo medidas para minimizar riscos e maximizar oportunidades a médio e longo prazo.

8.4. Proposta Final para o Uso Público

A proposta final para o uso público do PNA deverá conter, no mínimo, os itens 8.1 e 8.2 acima além das atividades abaixo relacionadas:

8.4.1. Quadro com a indicação de todas as atividades de uso público para a UC:

1. elaborar quadro com a indicação de todas as atividades de uso público para a UC, para o exercício da visitação, seja como foram encontradas, seja com alguma ou várias adaptações/atualizações, seja com novas atividades, criadas pelo autor ou indicadas pela equipe do PNA.
2. o quadro deverá conter coluna com a identificação (em símbolo ou em texto) da categoria de cada atividade obedecendo o seguinte:
 - previstas e implementadas: em operação; fora de operação (desativada) e/ou adaptada/atualizada;
 - previstas e não-implementadas: como encontrada e/ou com a adaptação/atualização sugerida pelo autor;
 - não-previstas e implementadas: como encontrada e/ou com a adaptação/atualização sugerida pelo autor; e
 - novas propostas: são aquelas criadas pelo autor.

8.4.2. Indicação da Necessidade de Elaboração de Projetos Específicos

O conteúdo deste item apresentará as recomendações para a elaboração de projetos específicos a serem desenvolvidos para a implementação de cada atividade e estudos gerais relativos à UC, quanto a:

1. capacidade de suporte para o desenvolvimento da atividade;

- sistema de sinalização e identidade visual;
- estudo para inclusão em programas de turismo local, regional, nacional, internacional e *marketing*;

- capacitação, treinamento e credenciamento de condutores e/ou guias de visitantes;
- divulgação da UC e de suas atividades de uso público;
- relacionamento institucional vinculado ao uso público com municípios, estado, outras instituições públicas e privadas, ONG diversas etc.;
- monitoria e/ou monitoramento geral do uso público e de cada atividade;
- educação ambiental vinculada ao uso público;
- possibilidades de desenvolvimento do artesanato e da culinária locais, visando a comercialização e a geração de emprego e renda;
- interpretação ambiental da UC;
- logotipo da UC;
- projetos arquitetônicos, gráficos e/ou de comunicação visual em condições e com detalhamento de licitação, para construção/produção de equipamentos facilitadores e equipamentos/instrumentos de apoio, necessários ao uso público (os específicos de cada atividade devem ser feitos com seu projeto);
- infraestrutura geral da UC e de cada atividade (energia, água, águas servidas etc.), necessária ao uso público, com especificações genéricas, entre outros julgados necessários.

8.4.3. Cronograma de implementação das atividades de uso público, com base nas prioridades identificadas.

9. Estratégia de Execução

O planejamento do uso público para o PNA deverá considerar os estudos e documentos já existentes, como o Plano de Manejo e o Plano de Uso Público elaborados quando esta UC pertencia à categoria Estação Ecológica, e aqueles em processo de elaboração, como é o caso dos estudos sendo atualmente elaborados para a revisão do Plano de Manejo da UC. Deverão ser considerados, do mesmo modo, as demais orientações, diretrizes e documentos oficiais relativos ao uso público em geral e ao uso público do Parque Nacional de Anavilhanas em particular. Cópias dos documentos mencionados estarão à disposição do consultor contratado, no ICMBio-Sede ou no Parque Nacional de Anavilhanas.

Os técnicos do PNA deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento, a fim de permitir a replicação das metodologias para fins de monitoramento e avaliações futuras do PNA. A infraestrutura do Parque, sempre que possível, poderá ser utilizada pela contratada.

O consultor contratado deverá apresentar os produtos em versão preliminar, de modo a realizar as alterações solicitadas pelo ICMBio nos produtos apresentados, providenciando, a seguir, uma nova versão para análise pela Equipe Técnica do ICMBio. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida Equipe, a contratada deverá proceder às alterações até que o produto atenda o solicitado, constituindo assim a versão final.

10. Insumos

De responsabilidade do contratante:

- Os analistas ambientais/técnicos do PNA auxiliarão o contratado na identificação e localização dos atrativos que ocorrem no interior e no entorno da UC.
- Os analistas ambientais/técnicos do PNA auxiliarão o contratado na identificação, localização e mobilização dos atores locais que deverão participar das reuniões de avaliação e discussão do trabalho objeto deste TdR, além de se responsabilizar pelo local e equipamentos necessários para as citadas reuniões.
- A equipe do PNA e/ou o ICMBIO sede disponibilizarão ao contratado os documentos existentes sobre o PNA, que tenham vinculação com a temática do uso público.

De responsabilidade do contratado:

- O contratado deverá prever a necessidade de locação de veículos ou aquisição de combustível para a realização dos trabalhos, custos que correrão por conta do contratado, bem como os custos de aquisição de

passagens aéreas ou terrestres e diárias (por força da Portaria nº 168 de 25/07/08-MMA).

- Também serão de responsabilidade do contratado os custos advindos da impressão e gravação digital dos documentos, mapas, fotos etc., que deverão compor os relatórios e produtos a serem entregues ao ICMBIO.
- O contratado deve possuir os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos de campo (GPS, máquina fotográfica digital etc.), que serão de sua responsabilidade.

11. Forma de apresentação

- Todos os produtos deverão ser escritos em língua portuguesa e impressos em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel de formato/tamanho A4, devendo ser observado o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Os produtos deverão ser apresentados, primeiramente, em versão preliminar e em meio digital, no formato Microsoft Word®, para análise, sendo uma cópia para a DIREP e outra para a UC a que se refere.
- A contratada deverá realizar as alterações solicitadas pela Equipe Técnica do ICMBio nos produtos apresentados, providenciando, a seguir, a segunda versão para análise.
- Depois de analisados, comentados e aprovados pelo Contratante, os produtos finais deverão ser entregues, já incorporadas as considerações e observações feitas pela equipe técnica responsável pela supervisão deste trabalho, da seguinte forma:
 1. 04 (quatro) cópias impressas, originais, coloridas e encadernadas de cada produto relacionado no item 13 deste TR.
 2. 04 (quatro) cópias em meio digital (CD) de cada produto relacionado no item 13 deste TR.
 3. 04 (quatro) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos que compõem os produtos estipulados no item 13 deste TR, em formato Microsoft Word®, onde todas as imagens deverão estar em alta resolução. Os mapas também deverão constar em arquivo separado, em formato imagem (tif ou jpg) de alta resolução, bem como em arquivo “.mxd”. Todos os arquivos espaciais utilizados nos mapas deverão ser fornecidos em formato shapefile ou raster (no caso de imagens de satélite), devidamente retificados. Todos os gráficos ou tabelas também deverão ser apresentadas em arquivo separado em formato Excel.

A formatação dos documentos deverá observar as seguintes características:

- programa: Word for Windows;
- fonte: ARIAL11, justificado;
- título principal: ARIAL 11, caixa alta, negrito;
- subtítulo: ARIAL 11, caixa alta e baixa, negrito;
- páginas numeradas;
- espaçamento simples entre linhas e um espaço entre parágrafos;
- numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1. etc.);
- tamanho/formato A4 do papel;
- margens da página: superior e inferior: 2cm; esquerda: 3cm; direita: 2cm; cabeçalho e rodapé: 1,6cm; e
- sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda.
- Também deverão ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos:
- tabelas, quadros, croquis e todas as outras formas de ilustrações deverão estar numeradas, com legenda e títulos completos e auto-explicativos;
- todas as abreviações e siglas existentes nas ilustrações têm que estar explicadas na legenda e/ou nota na margem inferior da ilustração;
- as siglas deverão vir em parênteses e ser precedidas do seu significado por extenso somente

na primeira vez em que forem citadas no texto, devendo constar, no início do documento, uma relação das siglas utilizadas, antes do sumário (que é conteúdo com respectiva paginação no documento);

- as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico;
- nomes científicos de fauna e flora também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, antecédidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo: veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou pequi *Cariocar brasiliense*;
- os nomes populares compostos das espécies da fauna e da flora deverão sempre ter hífen, como por exemplo: veado-campeiro; cachorro-do-mato-de-orelha-curta etc. Nomes populares são sempre em minúsculas. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;
- obras e autores citados deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data, como exemplificado a seguir: “Segundo Oliveira (1998), o PNI tem” ou “O PNI apresenta três tipos fisionômicos distintos, a saber ... (Oliveira, 1998)”. Quando se tratar de comunicação pessoal, é preciso informar o ano e explicar instituição da pessoa, se for o caso [ex.: ... conforme Teresa Magro (2001, USP/Piracicaba), ...];
- as citações bibliográficas serão listadas conforme a ABNT, com as seguintes modificações: os autores aparecerão com nome completo, seguidos do ano de publicação e sem recuo nas linhas subsequentes. Todas as iniciais do título deverão vir em maiúsculas. As citações são separadas entre si por um espaço simples entre as linhas. Exemplos:
- Cifuentes, Maria da Consolação. 1993. **Determinación de Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas**. CATIE. Turrialba.
- Maack, Ricardo Alberto Silva. 1981. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Livraria José Olympio Editora/Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. Curitiba.

O documento final, antes da sua entrega, deverá ser objeto de revisão ortográfica, semântica e gramatical de texto.

12. Direitos autorais e de propriedade intelectual

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.













13. Prazos:

- O Plano de Trabalho (ver item 8 deste TdR) deverá ser entregue ao ICMBio para avaliação em até 10 dias após a assinatura do contrato.
- Para a apresentação da versão final de cada produto relacionado no item 14 deste TdR, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo estes serem entregues num prazo máximo de 15 dias após a aprovação da versão preliminar feita pela equipe técnica.
- Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

14. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1 – Documento sistematizado contendo informações secundárias existentes a respeito do Parque Nacional de Anavilhanas, seu histórico de visitação e uso público e a dinâmica da visitação, conforme item 8.1 deste TdR, para fins de subsídio aos trabalhos a serem desenvolvidos.	R\$	30 dias a partir da assinatura do contrato

Produto 2 – Relatório Técnico contendo o diagnóstico das atividades de uso público desenvolvidas com base no levantamento das informações existentes para o Parque Nacional de Anavilhanas, de acordo com o item 8.2 deste TdR, incluindo croquis, mapas, fotos e ilustrações pertinentes. Produto 3 – Relatório Técnico contendo a proposição de atividades de uso público para o Parque Nacional de Anavilhanas, de acordo com o item 8.3 deste TdR, incluindo croquis, mapas, fotos e ilustrações pertinentes. Produto 4 - Proposta final para o uso público, contendo os itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4 deste TdR.	R\$	120 dias a partir da assinatura do contrato
	R\$	180 dias a partir da assinatura do contrato
	R\$	240 dias a partir da assinatura do contrato
OBS: Correrão por conta do contratado as remunerações de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista. O pagamento dos produtos somente será realizado após a sua análise e devida aprovação. O consultor deverá proceder com ajustes no documento caso, após sua análise, haja recomendação de revisão. De acordo com a Portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
15. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto	
16. Período da Contratação:	08 meses	
17. Valor do Contrato:	Total Geral: R\$	
18. Nº de Vaga(s):	01	
19. Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior
	() Mestrado	() Doutorado
20. Formação(ões) Acadêmica(s): Engenharia, Arquitetura, Geografia, Turismo, Biologia, Gestão Ambiental ou áreas afins.		
21. Especializações/Cursos: Desejável especialização e/ou mestrado na área de ecoturismo ou uso público em unidades de conservação.		
22. Experiência Profissional: - participação em trabalhos de planejamento e manejo de unidades de conservação, preferencialmente de proteção integral. - participação em pelo menos um trabalho de planejamento e/ou manejo de unidades de conservação no bioma Amazônico. - trabalhos elaborados na área de planejamento do uso público em unidades de conservação, sendo que ao menos um desses trabalhos deverá ter sido realizado em UC do Grupo de Proteção Integral. Os trabalhos que forem relacionados deverão ser enviados em formato digital, junto com o currículo.		
23. Tempo de Experiência Profissional: mínimo de 05 anos de experiência com planejamento e manejo de unidades de conservação, comprovados por meio de Declaração do (s) Contratante (s).		
24. Localidade de Realização do Trabalho: Parque Nacional de Anavilhanas		
25. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
26. Conhecimentos em Informática:	(X) Sim	() Não
27. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim	() Não
28. Conhecimento em língua inglesa:	() Sim	(X) Não
29. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não

Critérios para a Contratação de Consultor Técnico Especializado em Planejamento do Uso Público em UC – Parna Anavilhanas

Critérios de Avaliação		Pontos
Formação Acadêmica Pontuação Máxima: 5,0 pontos	 Graduação em área não compatível com o especificado no edital	0
	 Graduação em área compatível com o especificado no edital	3,0
	 Especialização e/ou mestrado na área de ecoturismo ou uso público em unidades de conservação	2,0
Experiência Profissional 1 – Tempo de experiência com planejamento e manejo de UC Pontuação Máxima: 5,0 pontos	 Menos que cinco anos de experiência	0
	 De cinco a sete anos de experiência	3,0
	 Mais de sete anos de experiência	5,0
Experiência Profissional 2 – Trabalhos elaborados com planejamento do uso público em UC Pontuação Máxima: 40,0 pontos	 Nenhum trabalho elaborado na área de uso público em unidades de conservação	0
	 Nenhum trabalho elaborado na área de uso público em unidades de conservação de Proteção Integral	0
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de uso sustentável, fora do bioma amazônico	1 ponto por trabalho, até o limite de 5 pontos
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de uso sustentável no bioma amazônico	2 pontos por trabalho, até o limite de 10 pontos
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de proteção integral, fora do bioma amazônico	2 pontos por trabalho, até o limite de 10 pontos
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de proteção integral no bioma Amazônico	3 pontos por trabalho, até o limite de 15 pontos
Experiência Profissional 3 – Experiência no bioma amazônico Pontuação Máxima: 0 pontos	 Nenhuma participação em trabalhos com unidades de conservação no bioma Amazônico	0
Pontuação máxima - TOTAL		50,00

OBS: Se o candidato pontuar zero nos critérios 1, 4, 7, 8 ou 13 será desclassificado.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 37

2- **Setor Responsável:** Coordenação Geral de Visitação 3- **Diretoria:** DIREP-ICMBio

4. Função do profissional a ser contratado: Consultor especializado

5. Contexto: As Florestas Nacionais - Flonas são áreas de domínio público, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio quanto ao cumprimento de suas finalidades. Além de sua função precípua de manejo e conservação da biodiversidade, essas Unidades de Conservação - UC podem propiciar oportunidades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

A Flona de Ipanema foi criada por meio do Decreto Federal nº 530/1992, em parte da Fazenda Ipanema, imóvel pertencente à União, em área remanescente da Real Fábrica de Ferro de Ypanema, do século XIX, tombada pelo IPHAN e protegida pela Lei de preservação do Patrimônio Histórico.

De acordo com o Art. 2º do Decreto 530/92, “A Floresta Nacional de Ipanema tem como objetivo o manejo do uso múltiplo e de forma sustentada dos recursos naturais renováveis, manutenção da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, educação florestal e ambiental, manutenção da amostras de ecossistemas bem como o apoio ao desenvolvimento florestal e dos demais recursos naturais renováveis das áreas limítrofes à Floresta Nacional”.

A Flona de Ipanema, com seus 5070 hectares abrange áreas dos municípios de Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto, no estado de São Paulo. Tem sua matriz vegetacional na Floresta Estacional Semidecidual, um ecossistema do Bioma Mata Atlântica, com exemplares da Floresta Ombrófila e do Bioma Cerrado e áreas com reflorestamentos de eucalipto, pinus e de algumas espécies nativas da região.

Detentora de uma biodiversidade regional única, com uma alta diversidade florística, que possibilita o desenvolvimento de uma fauna diversificada, composta por mais de 360 espécies, sendo 265 aves, 55 mamíferos, 25 répteis, e 23 anfíbios. Destaca-se a ocorrência de 20 espécies consideradas ameaçadas de extinção ou vulneráveis, como o lobo guará, a jaguatirica, a lontra, o tamanduá-bandeira, o urubu-rei, o pavó, a águia-cinzenta, o tié-do-cerrado e outros. Ipanema também é considerada uma área de grande importância, por ter sido nela descrita diversas espécies da fauna brasileira, destacando-se como local tipo do mico-leão-preto, hoje extremamente ameaçado. As várzeas e margens de rios transformaram-se em criadouros naturais para animais que encontram na Flona de Ipanema o único refúgio de uma região industrializada.

A Floresta Nacional de Ipanema abriga ainda um Sítio Histórico, que reúne obras de arte dos mais autênticos monumentos históricos da siderurgia brasileira, remontando quase dois séculos da história desta atividade no Brasil. Os monumentos datam de 1811, quando da construção dos fornos de Hedberg indo até 1913, período que se tentou, pela última vez, o soerguimento da fábrica de ferro com a construção de cinco fornos de carvão, tipo “colméia”, para o preparo de combustível.

Devido a sua importância histórica, as edificações relacionadas à atividade siderúrgica, localizadas na FLONA, foram tombadas como monumentos históricos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1964. O centro ocupa uma área de aproximadamente 85.500 m², abrigando monumentos construídos em diferentes momentos da história, porém, tendo a siderurgia como principal tema. O conjunto das edificações forma um cenário de rara beleza, sendo complementado pelo lago formado pela barragem Hedberg e a Serra Araçoiaba.

6. Justificativa: A Flona de Ipanema recebe visitantes pagantes desde 1995, porém somente em 1998 é que a visitação tornou-se consolidada, dando assim uma primeira resposta à sociedade em termos do uso público, com fins recreativos, culturais e de interpretação e educação ambiental. Em março de 2003, com seu Plano de Manejo aprovado, procedeu-se ao ordenamento da visitação, no âmbito do Programa de Uso Público. Como consequência, formalizou-se uma parceria com a Associação de Monitores Tupiniquins, para guiagem (condução de visitantes) nas diversas trilhas implantadas na Unidade. O ápice da visitação à Unidade ocorreu nos anos de 2003 e 2004, atingindo uma média de 80.000 visitantes/ano, entre pagantes e não-pagantes.

Para que os visitantes sejam sensibilizados sobre a importância da conservação do meio ambiente, é necessário que existam locais adequados para a sua recepção e repasse de informações sobre a unidade de conservação, e atividades que aliem os recursos existentes na UC à demanda dos visitantes, como pousada, trilhas e mirantes, além de serviços como cafeteria, lanchonetes e restaurantes, lojas de souvenirs, dentre outros.

Neste contexto, a Flona de Ipanema carece de um diagnóstico atualizado, mais preciso e consistente, que subsidie uma revisão do planejamento do uso público da UC, com indicativos de projetos específicos para que a UC cumpra com a missão de proporcionar ao visitante recreação em contato com a natureza e turismo ecológico, além de atividades de educação e interpretação ambiental e histórica.

O trabalho resultante desta consultoria deverá subsidiar a revisão do Plano de Manejo da Flona, que já se encontra em processo de execução, e irá compor seu Programa de Uso Público.

7. Propósito da Contratação: O objetivo do presente TdR é a contratação de consultor (pessoa física) para elaborar o planejamento do uso público para a Floresta Nacional de Ipanema/SP, que irá compor o Programa de Uso Público da UC, no âmbito da revisão do seu Plano de Manejo.

8. Descrição das Atividades:

- A primeira atividade é a elaboração de um Plano de Trabalho, que deverá ser entregue para a equipe do ICMBio (DIREP e Flona) em até 10 dias após a assinatura do contrato, contendo metodologia detalhada de trabalho e cronograma de execução das atividades, e que deverá ser discutido e aprovado pela equipe do ICMBio,

- Para a execução do trabalho objeto deste TdR estão previstas, no mínimo, 03 viagens para a Flona Ipanema e seu entorno, sendo que duas delas deverão ter duração de, no mínimo, 15 dias cada. As viagens de campo têm o objetivo de permitir ao consultor conhecer a UC e as atividades de uso público existentes, bem como efetuar reuniões com a equipe da UC, o trade de turismo local e demais atores interessados.

- Estão previstas pelo menos duas reuniões envolvendo os atores locais (trade de turismo local, além de outros atores de interesse identificados pela equipe da UC): a primeira no início do trabalho, para apresentação do consultor, dos objetivos da contratação e para a coleta de informações/dados; e a segunda no final do trabalho, para apresentação das propostas para o uso público da Flona Ipanema elaboradas pela consultoria. Para tal, as datas das reuniões deverão ser acordadas com a equipe da unidade, com antecedência mínima de 30 dias. A equipe da UC deverá se responsabilizar pela mobilização do trade de turismo local.

8.1. Com base em pesquisa secundária (documentos e dados existentes sobre a UC), caracterizar a unidade de conservação, as atividades de uso público previstas (nos instrumentos de planejamento e outros estudos existentes), bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio ao uso público propostos. Relacionar as informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos à Flona, municípios de onde vem a demanda de visitação, desenvolvimento do turismo no entorno etc.).

8.2. Diagnóstico das atividades de uso público desenvolvidas na Floresta Nacional de Ipanema e em seu entorno, com base em pesquisa primária e atividades de campo:

8.2.1. Levantamento das seguintes informações e mapeamento de áreas:

30. Descrição e avaliação das atividades de recepção do visitante na UC.

4. Identificação, caracterização, qualificação e espacialização dos atrativos naturais, culturais e históricos existentes, inclusive os bens tombados pelo Iphan. Para cada atrativo determinar: 1) o acesso utilizado; 2) as atividades em operação relacionadas aos atrativos (caminhadas, observação de pássaros, banho de cachoeira, esportes de aventura etc.); 3) identificação, espacialização, caracterização e qualificação da infraestrutura e equipamentos de apoio ao uso público disponíveis, e aqueles que são efetivamente utilizados; e 4) os procedimentos de visitação adotados.

31. Caracterização das atividades de uso público relacionadas aos atrativos de acordo com os instrumentos de planejamento da UC, classificando-as como: atividades implementadas e em operação; atividades previstas, implementadas e fora de operação; atividades previstas e não-implementadas; e aquelas não-previstas mas implementadas. Identificar e georreferenciar os locais, no interior da UC, onde essas atividades são exercidas.

5. Identificação dos problemas operacionais e logísticos das atividades de uso público, considerando a influência da sazonalidade na visitação.

32. Descrição da distribuição dos visitantes entre os atrativos existentes e identificação dos motivos para o padrão observado, considerando a sazonalidade da visitação.
33. Identificação do perfil socioecon mico dos visitantes (sexo, renda, escolaridade, faixa etária), origem, motivações, expectativas da viagem e aspectos valorizados, além do tempo de permanência nos locais e perfil de gastos dos visitantes.
34. Identificação do perfil comportamental dos visitantes durante as atividades de uso público na UC.
35. Identificação do grau de satisfação do visitante com os atrativos e com a infraestrutura turística do entorno (pousadas, restaurantes, bares, agências etc.) e quais são os aprimoramentos na UC que motivariam maior visitação, maior gasto e melhor conservação da unidade.
36. Identificação do número de visitantes e/ou tamanho dos grupos em cada atividade realizada, com base nos levantamentos de campo.
37. Identificação dos principais impactos (positivos e negativos) de cada uma das atividades analisadas, informando o modo como afetam a UC e os visitantes.
38. Levantamento das condições de uso em que se encontram as infraestruturas para o uso público da Flona Ipanema (centro de visitantes, postos de informação etc.), bem como os equipamentos facilitadores integrantes de cada atividade realizada, tais como: pontes, escadas, guarda-corpo, sanitários, bancos, mesas, mirantes etc. Identificar também as condições das trilhas (erosão, entre outros) etc.
39. Identificar os projetos de revitalização ou de reforma já em andamento pelo IPHAN e propostas de utilização dos espaços históricos.
40. Identificação e qualificação da disponibilidade e condições de utilização dos equipamentos/instrumentos de apoio, como sinalização, folhetos e outros, descrevendo cada item existente e analisando suas formas e possibilidades de uso.
41. Descrição dos procedimentos operacionais adotados para cada atividade realizada.
42. Levantamento da situação fundiária de cada um dos sítios em que se desenvolvem as atividades de uso público, com base em informações da chefia da UC, de documentos disponibilizados e/ou por meio de informações levantadas junto a outras fontes.
43. Caracterização da atividade turística no entorno e influência desta atividade na visitação da Flona Ipanema.
44. Descrição, de forma expedita, dos serviços disponíveis no entorno, tais como hospedagem, alimentação, transporte etc., avaliando a qualidade e o custo dos serviços prestados, além dos serviços básicos existentes nos núcleos urbanos próximos (saúde, comunicação etc.). Avaliar se e de que forma a disponibilidade e a qualidade desses serviços influencia no desenvolvimento da visitação na UC.
45. Identificação das formas de envolvimento da população local no desenvolvimento das atividades de uso público e serviços turísticos.
46. Identificação dos programas de turismo locais, regionais e nacionais, bem como os meios de divulgação das atividades de uso público da Flona Ipanema.
47. Identificação das formas de comercialização de produtos dentro e no entorno da UC, especialmente aqueles que utilizem a sua imagem.
48. Identificação dos pontos de maior concentração de visitantes nas proximidades e no interior da Flona.
49. Relacionar os impactos econ micos e ambientais na UC e em sua região, decorrentes do desenvolvimento das atividades de visitação.
50. Descrever e analisar o sistema de sinalização na Flona Ipanema, bem como no seu entorno.

8.2.2. Identificar, caracterizar e analisar o uso público potencial da Flona Ipanema, com base nas características dos atrativos identificados, cujo uso público atual é informal, incipiente, desorganizado ou inexistente.

51. O perfil dos visitantes para as atividades em potencial;

52. Os prováveis impactos econômicos e ambientais dessa visitação;

53. As principais oportunidades e riscos que o fomento dessa visitação representaria para a Unidade.

8.2.3. Identificar oportunidades para as comunidades locais, por meio de produtos turísticos, atividades e serviços de uso público e outras formas de inserção como, por exemplo, artesanato local, hospedagem, pacotes, festas populares, culinária e outros.

8.2.4. Descrever e analisar a dinâmica e a abrangência das atividades relacionadas à educação ambiental, tais como: o número de escolas que freqüentam a Flona Ipanema, o número de organizações comunitárias, o público beneficiário e as formas de envolvimento. Identificar a existência ou não de parcerias para as atividades de educação ambiental. Relacionar o calendário de palestras nas escolas (se houver), junto às organizações comunitárias, o número de escolas e municípios contemplados.

8.2.5. Elaborar mapas da UC com todas as áreas de visitação identificadas, destacadas por categoria de uso (trilhas, rios, monumentos culturais etc.), sazonalidade, grau de dificuldade, equipamentos facilitadores e infraestruturas existentes, que deverão ser classificados por tipo (ponte, escada, placa sinalizadora, banheiro etc.), entre outras análises específicas, em formato A4 e/ou A3 e A0. No mapa tamanho A0, espacializar e indicar o trajeto percorrido para os atrativos a partir das cidades do entorno e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da Flona.

Detalhar, por meio de croqui, cada atividade de uso público existente, com a localização e tipo de equipamento facilitador e/ou infraestrutura existente.

8.3. Proposição de Atividades de Uso Público para a Flona Ipanema

8.3.1. Apresentar propostas para a adequação e melhoria das atividades de uso público existentes, além de novas propostas de atividades a serem desenvolvidas na Flona.

- Identificar os locais, dentro da UC, onde as atividades estão sendo propostas e seus atributos naturais, com detalhamento do meio físico onde estão inseridas e suas áreas de entorno.
- Indicar, se for o caso, novas utilizações para os monumentos históricos, com base nas novas atividades identificadas para a Unidade.
- Indicar a infraestrutura necessária, bem como sua localização, para o desenvolvimento das atividades de uso público, tais como banheiros, lanchonetes, estacionamentos, entre outros, buscando, sempre que possível, soluções de utilização da mesma infraestrutura para mais de uma atividade e por área de interesse.
- Indicar as necessidades e os locais de implementação de equipamentos facilitadores (corrimão, ponte, escada, placas sinalizadoras e interpretativas, etc.) para cada atividade, bem como a manutenção ou reposição daqueles já existentes na Flona, para atender adequadamente suas funções.
- Indicar as necessidades, os locais de implementação, a temática e as características dos equipamentos para interpretação ambiental.
- Indicar os equipamentos/instrumentos de apoio (sinalização, folders, cartilhas, entre outros) que deverão ser utilizados/produzidos para o desenvolvimento e divulgação das atividades.
- Relacionar as ações de manejo dos recursos ambientais e/ou culturais necessários para a implementação de cada atividade.
- Georreferenciar e identificar em mapa da Unidade todas as atividades propostas.
- Apresentar o desenho de cada atividade, com a descrição detalhada de seu procedimento, equipamentos necessários, pessoal mínimo para sua operação, tempo de operação estimado, períodos em que é praticada e outros dados necessários à sua implementação e operação.
- Apresentar cada atividade de uso público em croquis, desenhos esquemáticos e/ou outras formas de ilustração, com as informações de como ela se processaria, indicando o local de início, trajeto a ser percorrido, com estimativa de tempo e distância, local da atividade e tempo de permanência e retorno, com apresentação de fotos para maiores esclarecimentos.
- Indicar as normas e procedimentos de operação, manutenção, segurança, monitoramento e necessidade de condução ou guiagem de cada atividade.

- Indicar o perfil do visitante para cada atividade, fundamentado em informações disponíveis em literatura especializada.
- Apresentar sugestões sobre a forma que os trabalhos deveriam ser operacionalizados, se pelo ICMBio e/ou por empresas terceirizadas, com a descrição do tipo de trabalho que deverá ser realizado por cada um deles, apresentando ainda os aspectos positivos e negativos destas alternativas.
- Indicar as possibilidades de inserção das comunidades locais no desenvolvimento e execução das atividades de visitação e/ou educação ambiental propostas.
- Apresentar opções de desenvolvimento para as atividades turísticas identificadas no entorno, indicando possibilidades de integração destas atividades com a Flona Ipanema e desta com outras UC do entorno.
- Indicar e apresentar programas que deverão ser desenvolvidos pela UC, a fim de integrar a comunidade local no processo de preservação e conservação da Unidade, tais como programas de educação ambiental, de capacitação, etc.
- Construir cenários que ilustrem a provável evolução da oferta e demanda de uso público da Unidade e seu entorno, incluindo medidas recomendadas para minimizar riscos e maximizar oportunidades a médio e longo prazo;
- Apresentar avaliação quanto à possibilidade de criação de um roteiro turístico integrado entre a Flona e as Unidades de Conservação circunvizinhas (se houver).
- Elaborar mapas da UC com todas as áreas de visitação (existentes e propostas), destacadas por categoria de uso, sazonalidade, grau de dificuldade, equipamentos facilitadores e infraestruturas existentes, que deverão ser classificados por tipo (ponte, escada, placa sinalizadora, banheiro etc.), entre outras análises específicas, em formato A4 e/ou A3 e A0. espacializar e indicar o trajeto percorrido para os atrativos a partir das cidades do entorno e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da Flona.
- Construir cenários que ilustrem a provável evolução da oferta e demanda de uso público da Unidade e seu entorno, incluindo medidas para minimizar riscos e maximizar oportunidades a médio e longo prazo.

8.4. Proposta Final para o Uso Público

A proposta final para o uso público da Flona Ipanema deverá conter, no mínimo, os itens 8.1 e 8.2 acima além das atividades abaixo relacionadas:

8.4.1 Quadro com a indicação de todas as atividades de uso público para a UC:

3. elaborar quadro com a indicação de todas as atividades de uso público para a UC, para o exercício da visitação, seja como foram encontradas, seja com alguma ou várias adaptações/atualizações, seja com novas atividades, criadas pelo autor ou indicadas pela equipe da UC.
4. o quadro deverá conter coluna com a identificação (em símbolo ou em texto) da categoria de cada atividade obedecendo o seguinte:
 - previstas e implementadas: em operação; fora de operação (desativada) e/ou adaptada/atualizada;
 - previstas e não-implementadas: como encontrada e/ou com a adaptação/atualização sugerida pelo autor;
 - não-previstas e implementadas: como encontrada e/ou com a adaptação/atualização sugerida pelo autor; e
 - novas propostas: são aquelas criadas pelo autor.

8.4.2 Indicação da Necessidade de Elaboração de Projetos Específicos

O conteúdo deste item deve apresentar as recomendações para a elaboração de projetos específicos a serem desenvolvidos para a implementação de cada atividade e estudos gerais relativos à UC, quanto a:

- capacidade de suporte para o desenvolvimento da atividade;
- sistema de sinalização e identidade visual;

- estudo para inclusão em programas de turismo local, regional, nacional, internacional e *marketing*;
- capacitação, treinamento e credenciamento de condutores e/ou guias de visitantes;
- divulgação da UC e de suas atividades de uso público;
- relacionamento institucional vinculado ao uso público com municípios, estado, outras instituições públicas e privadas, ONG diversas etc.;
- monitoria e/ou monitoramento geral do uso público e de cada atividade;
- educação ambiental vinculada ao uso público;
- possibilidades de desenvolvimento do artesanato e da culinária locais, visando a comercialização e a geração de emprego e renda;
- interpretação ambiental da UC;
- logotipo da UC;
- projetos arquitetônicos, gráficos e/ou de comunicação visual em condições e com detalhamento de licitação, para construção/produção de equipamentos facilitadores e equipamentos/instrumentos de apoio, necessários ao uso público (os específicos de cada atividade devem ser feitos com seu projeto);
- infraestrutura geral da UC e de cada atividade (energia, água, águas servidas etc.), necessária ao uso público, com especificações genéricas, entre outros julgados necessários.

9. Estratégia de Execução

Os estudos objeto deste TdR deverão considerar os instrumentos de planejamento já existentes: o Plano de Manejo e os estudos específicos elaborados para a sua revisão, que está em andamento. Deverão ser considerados, do mesmo modo, as demais orientações, diretrizes e documentos oficiais relativos ao Uso Público em Unidades de Conservação. Cópias dos documentos mencionados estarão à disposição do consultor contratado, no ICMBio sede ou na Flona de Ipanema.

Os técnicos da Flona deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento, a fim de permitir a replicação das metodologias para fins de monitoramento e avaliações futuras da Unidade. A infraestrutura da UC, sempre que possível, poderá ser utilizada pelo contratado.

O consultor contratado deverá apresentar os produtos em versão preliminar, de modo a realizar as alterações solicitadas pelo ICMBio nos produtos apresentados, providenciando, a seguir, uma nova versão para análise pela Equipe Técnica do ICMBio. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida Equipe, a contratada deverá proceder às alterações até que o produto atenda o solicitado, constituindo assim a versão final.

10. Insumos

De responsabilidade do contratante:

- Os analistas ambientais/técnicos da Flona de Ipanema auxiliarão o contratado na identificação e localização dos atrativos que ocorrem no interior e no entorno da UC.
- Os analistas ambientais/técnicos da Flona auxiliarão o contratado na identificação, localização e mobilização dos atores locais que deverão participar das reuniões de avaliação e discussão do trabalho objeto deste TdR, além de se responsabilizar pelo local e equipamentos necessários para as citadas reuniões.
- A Flona de Ipanema e/ou o ICMBIO sede disponibilizarão ao contratado os documentos existentes sobre a UC, que tenham vinculação com a temática do uso público.

De responsabilidade do contratado:

- O contratado deverá prever a necessidade de locação de veículos ou aquisição de combustível para a realização dos trabalhos, custos que correrão por conta do contratado, bem como os custos de aquisição de passagens aéreas ou terrestres e diárias (por força da Portaria nº 168 de 25/07/08-MMA).
- Também serão de responsabilidade do contratado os custos advindos da impressão e gravação digital dos

documentos, mapas, fotos etc., que deverão compor os relatórios e produtos a serem entregues ao ICMBIO.

- O contratado deve possuir os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos de campo (GPS, máquina fotográfica digital etc.), que serão de sua responsabilidade.

11. Forma de Apresentação

54. Todos os produtos deverão ser escritos em língua portuguesa e impressos em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel de formato/tamanho A4, devendo ser observado o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
55. Os produtos deverão ser apresentados em uma versão preliminar, impressos e em meio digital, no formato Microsoft Word®, para análise, sendo uma cópia para a DIREP e outra para a UC a que se refere.
56. A contratada deverá realizar as alterações solicitadas pela Equipe Técnica do ICMBio nos produtos apresentados, providenciando, a seguir, a segunda versão para análise.
57. Depois de analisados, comentados e aprovados pelo Contratante, os produtos finais deverão ser entregues, já incorporadas as considerações e observações feitas pela equipe técnica responsável pela supervisão deste trabalho, da seguinte forma:
 58. 04 (quatro) cópias impressas, originais, coloridas e encadernadas de cada produto relacionado no item 12 deste TR.
 59. 04 (quatro) cópias em meio digital (CD), de cada produto relacionado no item 12 deste TR.
 60. 04 (quatro) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos que compõem os produtos relacionados no item 12 deste TR, em formato Microsoft Word®, onde todas as imagens deverão estar em alta resolução. Os mapas também deverão constar em arquivo separado, em formato imagem (tif ou jpg) de alta resolução, bem como em arquivo “.mxd”. Todos os arquivos espaciais utilizados nos mapas deverão ser fornecidos em formato shapefile ou raster (no caso de imagens de satélite), devidamente retificados. Todos os gráficos ou tabelas também deverão ser apresentadas em arquivo separado em formato Excel.

A formatação dos documentos deverá observar as seguintes características:

61. programa: Word for Windows;
62. fonte: ARIAL11, justificado;
63. título principal: ARIAL 11, caixa alta, negrito;
64. subtítulo: ARIAL 11, caixa alta e baixa, negrito;
65. páginas numeradas;
66. espaçamento simples entre linhas e um espaço entre parágrafos;
67. numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1. etc.);
68. tamanho/formato A4 do papel;
69. margens da página: superior e inferior: 2cm; esquerda: 3cm; direita: 2cm; cabeçalho e rodapé: 1,6cm; e
70. sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda.
71. Também deverão ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos:
72. tabelas, quadros, croquis e todas as outras formas de ilustrações deverão estar numeradas, com legenda e títulos completos e auto-explicativos;
73. todas as abreviações e siglas existentes nas ilustrações têm que estar explicadas na legenda e/ou nota na margem inferior da ilustração;
74. as siglas deverão vir em parênteses e ser precedidas do seu significado por extenso somente na primeira vez em que forem citadas no texto, devendo constar, no início do documento, uma relação das siglas utilizadas, antes do sumário (que é conteúdo com respectiva paginação no documento);

75. as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico;
76. nomes científicos de fauna e flora também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, antecédidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo: veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou pequi *Cariocar brasiliense*;
77. os nomes populares compostos das espécies da fauna e da flora deverão sempre ter hífen, como por exemplo: veado-campeiro; cachorro-do-mato-de-orelha-curta etc. Nomes populares são sempre em minúsculas. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;
78. obras e autores citados deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data, como exemplificado a seguir: “Segundo Oliveira (1998), o PNI tem” ou “O PNI apresenta três tipos fisionômicos distintos, a saber ... (Oliveira, 1998)”. Quando se tratar de comunicação pessoal, é preciso informar o ano e explicar instituição da pessoa, se for o caso [ex.: ... conforme Teresa Magro (2001, USP/Piracicaba), ...];
79. as citações bibliográficas serão listadas conforme a ABNT, com as seguintes modificações: os autores aparecerão com nome completo, seguidos do ano de publicação e sem recuo nas linhas subsequentes. Todas as iniciais do título deverão vir em maiúsculas. As citações são separadas entre si por um espaço simples entre as linhas. Exemplos:
80. Cifuentes, Maria da Consolação. 1993. **Determinación de Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas**. CATIE. Turrialba.
81. Maack, Ricardo Alberto Silva. 1981. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Livraria José Olympio Editora/Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. Curitiba.

O documento final, antes da sua entrega, deverá ser objeto de revisão ortográfica, semântica e gramatical de texto.

12. Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

13. Prazos

- O Plano de Trabalho (ver item 8 deste TdR) deverá ser entregue ao ICMBio para avaliação em até 10 dias após a assinatura do contrato.













- Para a apresentação da versão final de cada produto relacionado no item 14 deste TdR, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo estes serem entregues num prazo máximo de 15 dias após a aprovação da versão preliminar feita pela equipe técnica.

- Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

14 – PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1 – Documento sistematizado contendo informações secundárias existentes a respeito da Flona de Ipanema e seu histórico de visitação e uso público, conforme item 8.1 deste TdR, para fins de subsídio aos trabalhos a serem desenvolvidos.	R\$	30 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 – Relatório Técnico contendo o diagnóstico das atividades de uso público desenvolvidas na Floresta Nacional de Ipanema e do turismo em seu entorno, de acordo com o item 8.2 deste TdR.	R\$	70 dias após a assinatura do contrato

Produto 3 – Relatório Técnico contendo as propostas de atividades de uso público para a Floresta Nacional de Ipanema, de acordo com o item 8.3 deste TdR.	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 – Versão Final do projeto completo de Uso Público, contendo os itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4 deste TdR, o qual deverá incluir todas as sugestões e observações pertinentes resultado da análise técnica da equipe do ICMBio.	R\$	180 dias após a assinatura do contrato
<p>OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.</p> <p>O pagamento dos produtos somente será realizado após a sua análise e devida aprovação. O consultor deverá proceder com ajustes no documento caso após sua análise haja recomendação de revisão.</p> <p>De acordo com a Portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.</p>		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
15. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto	
16. Período da Contratação	06 meses	
17. Valor do Contrato:	Valor Total:	
18. Nº de Vaga(s):	01	
19. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior
	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
20. Formação(ões) Acadêmica(s):	Engenharia, Arquitetura, Geografia, Turismo, Biologia, Gestão Ambiental ou áreas afins.	
21. Especializações/Cursos:	Desejável especialização e/ou mestrado na área de ecoturismo ou uso público em unidades de conservação.	
22. Experiência Profissional:	<ul style="list-style-type: none"> - participação em trabalhos de planejamento e manejo de unidades de conservação, preferencialmente no bioma Mata Atlântica. - trabalhos elaborados na área de planejamento do uso público em unidades de conservação, preferencialmente de uso sustentável. - participação em trabalhos relacionados a turismo cultural, planejamento de atividades de estudo do meio e educação ambiental com públicos diversos. 	
23. Tempo de Experiência Profissional:	mínimo de 05 anos de experiência com planejamento e manejo de unidades de conservação, comprovados por meio de Declaração do (s) Contratante (s).	
24. Localidade de Realização do Trabalho:	Floresta Nacional de Ipanema	
25. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
26. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
27. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
28. Conhecimento em língua inglesa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
29. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não

Critérios para a Contratação de Consultor Técnico Especializado em Planejamento do Uso Público em UC – Flona Ipanema

	Critérios de Seleção	Pontos
Formação Acadêmica Pontuação Máxima: 5,0 pontos	 Graduação em área não compatível com o especificado no edital	0
	 Graduação em área compatível com o especificado no edital	3,0
	 Especialização e/ou mestrado na área de ecoturismo ou uso público em unidades de conservação	2,0
Experiência Profissional 1 – Tempo de experiência com planejamento e manejo de UC Pontuação Máxima: 5,0 pontos	 Menos que cinco anos de experiência	0
	 De cinco a sete anos de experiência	3,0
	 Mais de sete anos de experiência	5,0
Experiência Profissional 2 – Trabalhos elaborados com planejamento do uso público em UC Pontuação Máxima: 55,0 pontos	 Nenhum trabalho elaborado na área de uso público em unidades de conservação	0
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de proteção integral, fora do bioma Mata Atlântica	1 ponto por trabalho, até o limite de 5 pontos
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de proteção integral no bioma Mata Atlântica	2 pontos por trabalho, até o limite de 10 pontos
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de uso sustentável, fora do bioma Mata Atlântica	3 pontos por trabalho, até o limite de 15 pontos
	 Participação em trabalhos de planejamento do uso público em unidades de conservação de uso sustentável no bioma Mata Atlântica	4 pontos por trabalho, até o limite de 20 pontos
	 Participação em trabalhos relacionados a turismo cultural, planejamento de atividades de estudo do meio e educação ambiental com públicos diversos	1 ponto por trabalho, até o limite de 5 pontos
Pontuação máxima – TOTAL		65,00

OBS: Se o candidato pontuar zero nos critérios 1, 4 ou 7 será desclassificado.

TERMO DE REFERÊNCIA
1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 38
2- Setor Responsável: CGESP 3- Diretoria: DIBIO-ICMBio
4. Função do profissional a ser contratado: Técnico especializado
<p>5 – Contexto: O Brasil é o país com maior diversidade biológica do mundo, com aproximadamente 120 mil espécies da fauna, das quais 627 são oficialmente consideradas sob risco de extinção. Cabe ao governo brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a responsabilidade pela coordenação de medidas para promover o conhecimento e a proteção desta riqueza, e pelo desenvolvimento de estratégias para a recuperação das espécies ameaçadas de extinção.</p> <p>Especificamente para a Ordem Primates, o Brasil também é o país com maior riqueza de espécies no mundo, contando com mais de 130 táxons, sendo um terço destes considerado ameaçado de extinção em algum nível. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros – CPB, do ICMBio, é responsável por coordenar as estratégias de pesquisa e manejo voltados à conservação dos primatas ameaçados no Brasil, incluindo a avaliação de seu estado de conservação.</p> <p>O Projeto PNUD BRA/08/023 tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão, proteção, uso público adequado e desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação Federais e, para tanto, tem como o resultado a ser alcançado: o <i>Estabelecimento de Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade (3)</i>, incluindo a geração dos seguintes produtos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção; e b. Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.
<p>6 – Justificativa: A Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção é uma ferramenta fundamental para as políticas públicas sendo instrumento referencial para orientar as ações de conservação de espécies, tais como: criação e manejo de áreas protegidas, fiscalização, licenciamento ambiental, entre outras. A atualização dessa Lista para as espécies da fauna está sob responsabilidade do ICMBio, que, para tal, está implantando um processo contínuo no qual são compiladas informações sobre a biologia de cada espécie e as ameaças a que estão expostas para avaliar seu estado de conservação com base em critérios internacionalmente utilizados, estabelecidos pela IUCN.</p>
<p>7- Propósito da contratação: Consultoria para elaborar fichas sobre cada táxon da Ordem Primates que ocorre no Brasil, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.</p>
<p>8 – Descrição das atividades: Compilação de informações sobre: taxonomia, distribuição, tamanho populacional, habitat, história de vida, ecologia, ameaças, uso e ações de conservação, conforme ficha específica definida pelo ICMBio, com base no modelo da IUCN, e ajustada para as espécies da Ordem Primates, totalizando 133 táxons (espécies e subespécies).</p> <p>Para compilar estes dados faz-se necessário consulta a especialistas, sociedades científicas e à sociedade civil. As informações das espécies deverão ser consolidadas, bem como a construção de mapas de distribuição, visando a realização de oficina de avaliação do estado de conservação das espécies. O produto final deverá ser incluído no sistema de validação do ICMBio para publicação.</p> <p>Durante todo o processo deverá ser constituída uma rede de contato com especialistas, pesquisadores, instituições governamentais e atores da sociedade civil.</p> <p>8.1-Detalhamento:</p> <p>I- Atividades a serem desenvolvidas</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Levantar, organizar, sistematizar dados e outros materiais disponíveis sobre as espécies; b. Realizar contato com especialistas c. Elaborar fichas das espécies; d. Organizar dados para elaboração de mapas de distribuição das espécies; e. Preparar Oficina de Trabalho; e f. Revisar produto final para publicação, utilizando sistema de validação do ICMBio. <p>8.2-Forma de apresentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os produtos deverão ser entregues em nível e linguagem compatível com a sua destinação. - A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT. - Os produtos e relatório final deverão ser entregues de forma preliminar para análise e aceite do CPB/ICMBio - O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme necessidade, e entregar a versão final à Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção, para aprovação. - Todo o processo deverá seguir roteiro estabelecido pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade do ICMBio, com a supervisão da Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade. - Os produtos finais deverão ser elaborados em documento do <i>Word</i>, a ser entregue em duas vias impressas

encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

8.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

8.4- Prazos:

- A duração dos trabalhos para elaboração dos estudos e entrega dos relatórios está estimada em um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura de respectivo contrato.

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção ela terá um prazo de **15 dias** úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado deverá atender às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de **15 dias** após aprovação da versão preliminar pela Chefia da CGESP

- Os produtos deverão ser entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

9 – PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
1- Revisão da Ficha base para compilação de dados	R\$	31/01/11
2- Compilação de dados de todos os táxons (espécies e subespécies) de primatas finalizada, com todos os dados ordenados no sistema de gestão de informações, e fichas de todas as espécies elaboradas – incluindo mapas – e em formato adequado para consulta aos especialistas.	R\$	29/04/2011
3- Fichas consolidadas das espécies revisadas após consulta direta à rede de especialistas, elaboradas e apresentadas ao CPB/ICMBio.	R\$	17/06/2011
4 - Ficha consolidada das espécies revisada após consulta ampla, elaborada e apresentada ao CPB/ICMBio.	R\$	13/10/2011
5 – Roteiro da oficina de trabalho para avaliação do estado de conservação de primatas brasileiros elaborado, contendo detalhamento do cronograma, lista de especialistas participantes e logística organizados. Alinhar com o CPB o planejamento da condução da oficina de avaliação das espécies, roteiro elaborado.	R\$	01/12/2011
6- Relatório da Oficina de avaliação das espécies com: ficha de avaliação de cada espécie, lista de espécies avaliadas como ameaçadas e extintas com assinatura dos participantes, memória da reunião, dentre outros documentos de referência, elaborado.	R\$	01/03/2012
7- Fichas e mapas das espécies avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas.	R\$	31/03/2012

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

As despesas com viagens correrão por conta do consultor. Estipula-se que serão realizadas até 02 viagens a Brasília, DF, e 01 a Belém do Pará, PA.

O consultor deverá se reportar à chefia do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros, situada em João Pessoa, Estado da Paraíba. Portanto, não está previsto custeio de despesas para deslocamento para esse município.

A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo de técnico a ser designado pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.

Na execução das atividades o consultor deverá se reportar ao responsável institucional designado pelo CPB/ICMBio para coordenação da avaliação dos primatas brasileiros, à sua Coordenação em Brasília a qual a ação estiver vinculada e à Direção do Projeto. Os produtos decorrentes da consultoria deverão ser recebidos e aprovados por estas instâncias.

PERFIL DO PROFISSIONAL				
10. Modalidade a ser Contratado:		<input checked="" type="checkbox"/> Produto		
11. Período da Contratação		12 meses		
12. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.		Total Geral: R\$		
13. Nº de Vaga(s):		01		
14. Nível de Escolaridade Desejado:		<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input type="checkbox"/> Nível Superior	<input checked="" type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
15. Formação(ões) Acadêmica (s): Biologia, Ecologia e áreas afins				
16. Especializações/Cursos: Em primatologia				
17. Experiência Profissional: Experiência de trabalho relacionada ao objeto da contratação de, no mínimo, 02 anos e ou desenvolvimento de pesquisas científicas OBS: O Consultor pode ser avaliado com base no nº. de publicações científicas sobre primatas				
18. Tempo de Experiência Profissional: 02 anos				
19. Localidade de Realização do Trabalho: CPB - João Pessoa/PB				
20. Disponibilidade para Viagens:		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
21. Conhecimentos em Informática (word e planilha excel)		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
23. Conhecimento em língua inglesa (Leitura e escrita):		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
24. Capacidade de redação clara e concisa em português.		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
25. Observações: - Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a chefia da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção- CGESP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CGESP, com anuência do responsável institucional designado pelo CPB/ICMBio para coordenação da avaliação dos primatas brasileiros, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas. - A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante.				

Critérios de Avaliação		Pontos	
Formação Acadêmica Pontuação Máxima: 6,0 pontos	1.a. Mestrado com o grupo taxonômico de interesse; ou	3,0	
	1.b. Mestrado em área não compatível.	1,0	
	2.a. Especialização com o grupo taxonômico de interesse; ou	1,0	
	2.b. Especialização não compatível.	0,5	
	3. Graduação em Biologia, ecologia, veterinária, engenharia florestal e/ou zootecnia.	2,0	
Experiência Profissional Pontuação Máxima: 5,0 pontos	4. Experiência/participação em elaboração de planos de ação ou em comitês de espécies ameaçadas.	1,5	
	5. Experiência/participação em elaboração de listas de espécies ameaçadas estaduais, nacionais ou globais.	3,0	
	6. Participação em projeto de pesquisa e/ou conservação com o grupo taxonômico de interesse (exceto os vinculados à sua formação acadêmica).	0,5	
Produção Científica Pontuação Máxima: 5,0 pontos	7. Artigo, capítulo ou livro publicado com tema compatível com o grupo taxonômico de interesse.	0,5 por publicação (máximo 3,0)	
	8. Artigo, capítulo ou livro publicado não compatível com o grupo taxonômico de interesse.	0,2 por publicação (máximo 1,0)	
	9. Resumos publicados com tema compatível com o grupo taxonômico de interesse.	0,1 por resumo (máximo 1,0)	
Língua estrangeira (inglês) Pontuação Máxima: 5,0 pontos	10. Leitura fluente	2,5	
	11. Escrita	a. Razoável	0,5
		b. fluente	2,0
Conhecimentos em SIG Pontuação Máxima: 2,0 pontos	12. Com certificados ou publicações relacionadas.	2,0	
Total máximo:		23,0 pontos	

Critérios para a Contratação de Consultores Técnicos Especializados em Primates

TERMO DE REFERÊNCIA
1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 39
2- Setor Responsável: CGESP 3- Diretoria: DIBIO-ICMBio
4. Função do profissional a ser contratado: Técnico especializado
<p>5 – Contexto: O Brasil é o país com maior diversidade biológica do mundo, com aproximadamente 120 mil espécies da fauna, destas, 627 foram avaliadas como ameaçadas de extinção. Sendo responsabilidade do governo brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o desenvolvimento de estratégias para conhecer e proteger esta riqueza, além de recuperar àquelas ameaçadas de extinção.</p> <p>O Projeto PNUD BRA/08/023 tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão, proteção, uso público adequado e desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação Federais e para tanto, tem como o resultado a ser alcançado: o <i>Estabelecimento de Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade</i> (3), com a geração dos seguintes produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas; • Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção; e • Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.
<p>6 – Justificativa: O monitoramento dos recifes de coral é compromisso assumido pelo Brasil em vários acordos internacionais como parte da estratégia de conservação e proteção destes ambientes e da sustentabilidade das atividades humanas que deles dependem. A metodologia Reef Check, adaptada para os recifes brasileiros, teve aplicabilidade comprovada entre os anos de 2002 e 2004, durante a fase piloto do Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil. Enquanto o monitoramento e a rede global de monitoramento são recentes, datando de pouco mais de uma década, os impactos que os recifes de coral têm sofrido devido à ação humana datam de vários séculos. A falta de informações que estabeleça os efeitos ao longo do tempo é um desafio, uma vez que a saúde atual é relativa a estados anteriores. O reestabelecimento de pontos de referência tem sido apontado como uma estratégia necessária para avaliações que possam ser úteis a previsões futuras. Os registros históricos através de gravuras, fotografias, imagens e relatos são fontes importantes neste resgate, como tem sido verificado através de vários estudos em recifes de coral em outras partes do mundo.</p>
<p>7- Propósito da contratação: Consultoria para realizar levantamentos históricos (bibliográficos e iconográficos) como apoio ao estabelecimento de cenários passados e futuros associados ao Programa Nacional de Monitoramento em Recifes de Coral.</p>
<p>8 – Descrição das atividades: Levantamento dos principais impactos históricos que sofreram os recifes de coral no Brasil, Organização de um banco de dados e imagens contendo registros históricos de alterações a curto, médio e longo prazo, baseadas em indicadores de saúde recifal e elaboração de uma publicação em formato digital (texto e apresentação) contendo diagnóstico da evolução com no mínimo dois estudos de caso para cada grupo de indicadores e de atividades.</p>
<p>8.1-Detalhamento</p> <p>a) Levantamento dos principais impactos históricos dos recifes de coral brasileiros com a utilização de fontes públicas e privadas de bibliografia e imagens relevantes, incluindo diagnóstico sobre meios obtenção das imagens e das informações, e questionário para ser aplicado em informantes.</p> <p>b) Organização de um banco de dados e imagens contendo registros históricos de alterações a curto, médio e longo prazo, baseadas em indicadores de saúde recifal e de atividades humanas de acordo com as bases do programa nacional de monitoramento para a área de distribuição dos recifes de coral no Brasil</p> <p>c) Elaboração de um relatório com qualidade para subsidiar uma publicação em formato digital (texto e apresentação) contendo diagnóstico da evolução com no mínimo dois estudos de caso para cada grupo de indicadores e de atividades</p>
<p>8.2-Forma de apresentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os produtos deverão ser entregues já finalizados para a destinação gráfica e em pdf para o arquivamento. - Todo o processo de elaboração dos produtos e aprovação das artes deverá seguir roteiro estabelecido pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade do ICMBio, com a supervisão da Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade.

Os produtos finais serão elaborados em documento em formato .doc ou .xls compatível com *Microsoft Word* ou *Excel*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

8.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

- Para a publicação e produção de materiais gráficos de divulgação, bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

8.4- Prazos:

- A duração dos trabalhos para elaboração dos estudos e entrega dos relatórios está estimada em um período de 10 meses, contados a partir da assinatura de respectivo contrato.

- Os produtos deverão ser entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

9 – PRODUTOS	VALOR R\$	DATA PREVISTA
9.1- Relatório sobre os principais impactos históricos que sofreram os recifes de coral no Brasil com levantamento de fontes públicas e privadas de bibliografia e imagens relevantes identificadas, incluindo planejamento para obtenção das imagens e das informações, e dados obtidos por meio de questionário para os informantes chave com conhecimento dos ambientes recifais	R\$	Abr /2011
9.2 – Banco de dados e imagens contendo registros históricos de alterações a curto, médio e longo prazo, baseadas em indicadores de saúde recifal (incluindo corais, algas, invertebrados moveis e peixes) e de atividades humanas (pesca e turismo e mudanças climáticas) de acordo com as bases do programa nacional de monitoramento para a área de distribuição dos recifes de coral no Brasil	R\$	Julho/2011
9.3 – Relatório final ilustrado em formato digital (texto e apresentação) com qualidade para subsidiar um publicação contendo diagnostico da evolução com no mínimo dois estudos de caso para cada grupo de indicadores e de atividades	R\$	Outubro/2011

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com hospedagem, alimentação e passagem.

A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo de técnico a ser designado pela direção da Diretoria de Conservação da Biodiversidade, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.

Na execução das atividades, o consultor deverá se reportar ao responsável institucional designado pelo ICMBio, à sua Coordenação em Brasília a qual a ação estiver vinculada e à Direção do Projeto. Os produtos decorrentes da consultoria deverão ser recebidos e aprovados por estas instâncias.

PERFIL DO PROFISSIONAL

10. Modalidade a ser Contratado:		<input checked="" type="checkbox"/> Produto		
11. Período da Contratação		9 meses		
12. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.		Total Geral:		
13. Nº de Vaga(s):		01		
14. Nível de Escolaridade	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Especialização	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado

15. Formação(ões) Acadêmica (s): Biólogo, oceanógrafo ou áreas afins

16. Experiência Profissional: Profissional com nível superior em biologia, oceanografia, ou áreas afins, desejável com pós-graduação, que envolva trabalhos ligados a meio ambiente e /ou conservação da biodiversidade, armazenamento, processamento e organização de imagens com experiência comprovada por

meio de relatórios, artigos, livros e/ou publicações, conhecimento de inglês, domínio no uso de pacotes de processamento, armazenamento e análise de imagens e boa redação.
No processo de seleção, será realizada entrevista com os três primeiros candidatos classificados para análise suplementar à avaliação curricular pela equipe de seleção, referente aos conhecimentos e experiência declarados.

17. Tempo de Experiência Profissional: 5 anos

18. Localidade de Realização do Trabalho: Tamandaré/ PE

29. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
20. Conhecimentos em Informática:	(X) Sim	() Não
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(x) Sim	() Não
22. Conhecimento em língua inglesa:	(X) Sim	() Não
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não

Critérios para a contratação de consultor em levantamentos históricos (bibliográficos e incolorográficos) como apoio ao estabelecimento de cenários passados e futuros associados ao

Critérios de Seleção		Pontos
Formação Acadêmica Pontuação Máxima: 15 pontos	Doutorado em área compatível	3,75
	Mestrado em área compatível	3,75
	Especialização em área compatível	3,75
	Formação em área compatível	3,75
Experiência Profissional Pontuação Máxima: 30 pontos	Experiência em trabalhos ligados a meio ambiente e /ou conservação da biodiversidade	5,0 (cinco) por trabalho
	Experiência em trabalhos ligados ao armazenamento, processamento e organização de imagens comprovada por meio de relatórios, artigos, livros e/ou publicações	2,0 (dois) por trabalho
Experiência Pontuação Máxima: 15 pontos	Conhecimento de Inglês.	3,0 (três) – Inglês avançado 2,0 (dois) – Inglês intermediário
	Boa redação	2,0 (dois) por trabalho

Programa Nacional de Monitoramento de Recifes de Coral

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 40

2- Setor Responsável: Resex Marinha de Tracuateua **3- Diretoria:** DIUSP-CMBio

4. Função do profissional a ser contratado: Técnico especializado

5. Contexto: O projeto PNUD BRA/08/023 – Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental tem como objetivo geral “*promover o fortalecimento das unidades de conservação como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade*”. Para tanto, apresenta como resultados a serem atingidos: (1) Unidades de Conservação Federais geridas (2) Organizações de Populações Tradicionais para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis das Unidades de Conservação Federais Fortalecidas, (3) Estabelecer Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade, (4) Unidades de Conservação Federais protegidas, (5) Turismo Responsável e Integrado à Diversidade Sociocultural, aos Conhecimentos Tradicionais e à Conservação da Biodiversidade, Desenvolvido e (6) Promover Capacitação para o Desenvolvimento das Ações Relacionadas às Unidades de Conservação Federais.

Responsável pela execução do projeto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – (ICMBio) foi criado em 2007, com o objetivo básico de promover maior eficiência e eficácia na execução de ações da política nacional de unidades de conservação da natureza. Objetiva ainda a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União, assim como a execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação federais de uso sustentável.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são unidades de conservação genuinamente brasileiras e, dentre as demais categorias previstas no Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), apresentam uma série de particularidades e diferenciais na conservação da biodiversidade. Representam a busca por um modelo diferenciado de desenvolvimento, de economia, de inclusão social e melhoria de

qualidade de vida das populações locais, além da valorização do patrimônio cultural dessas famílias. Envolvem, também, o reconhecimento das comunidades tradicionais, de seus territórios e da importância do conhecimento e das práticas locais para a conservação ambiental.

Neste sentido, podem ser descritos como alguns dos principais desafios atribuídos ao ICMBio para a gestão das Reservas Extrativistas (a) a compatibilidade entre as metas de desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, considerando que o uso sustentável dos recursos naturais constitui uma base para o bem-estar das populações tradicionais e, (b) o entendimento de que a organização das populações locais tem um papel fundamental para a obtenção de melhorias nas condições de vida e o uso sustentável dos recursos naturais da Reserva Extrativista.

Tendo como resultados que objetivem (a) promover a gestão das Unidades de Conservação Federais e (b) fortalecer as organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das Unidades de Conservação federais, o Projeto se propõe a desenvolver ações onde serão preparadas e apoiadas as lideranças comunitárias para uma melhor gestão de suas organizações, por meio da realização de cursos de capacitação em gestão de UCs, oportunidades e desafios do associativismo e cooperativismo, gestão financeira, liderança, negociação e interação com governos municipais e estaduais.

Para se atingir os objetivos propostos, o Projeto BRA 08/023 contempla os seguintes mecanismos de execução: (a) apoio de especialistas para prestação de consultorias específicas, (b) formação de pessoal, (c) intercâmbios e visitas técnicas, (d) eventos de promoção e capacitação e (e) complementação da infraestrutura da organização executora.

Recentemente, várias políticas públicas foram instituídas para o reconhecimento dos territórios tradicionais e na valorização da produção extrativa nas Reservas Extrativistas. Porém, o acesso a estas políticas, projetos e linhas de crédito e de financiamento requer das organizações representativas das famílias extrativistas uma qualificação de seus quadros dirigentes e lideranças, ausente em seus processos tradicionais de formação. Este projeto visa o acompanhamento, o desenvolvimento institucional e a capacitação de gestores associativos e lideranças comunitárias no atendimento dos desafios dessas organizações na gestão da área protegida.

6. Justificativa: Muitas comunidades das populações tradicionais criam suas associações para ter uma forma de organização reconhecida por toda a sociedade, que possa representá-las oficialmente e gerir os recursos coletivos. Seus diretores e outras lideranças nem sempre estão familiarizados com as exigências legais para manter o funcionamento regular da associação, com o planejamento das atividades, captação, gestão e prestação de contas dos recursos e avaliação do resultado das atividades desenvolvidas.

Esta situação é especialmente importante para aquelas associações de usuários ou beneficiários de Reservas Extrativistas (Resex) que recentemente – a partir do mês de março de 2010 – assumiram as obrigações na gestão e conservação da biodiversidade de suas Unidades de Conservação através da assinatura, com o Governo Brasileiro, de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Tornaram-se *Concessionárias*, além das responsabilidades que já carregam sobre a execução de programas como o crédito habitação e instalação oriundos do INCRA, ou dos telecentros dos governos federal e estadual, ou ainda projetos como os da construção da sede (Ministério do Meio Ambiente), de educação ambiental (Governo estadual) dentre outros. Somem-se também suas atividades junto aos associados e de manutenção da própria associação, com toda a legislação trabalhista, tributária, fiscal, patrimonial, civil, etc a ser obedecida e cumprida.

Tem-se, portanto, que os desafios enfrentados pela Diretoria dessas organizações estão cada dia mais complexos. Diretoria esta constituída por homens e mulheres extrativistas e que, até poucos anos atrás, tinham como atribuições máximas de gestão a esfera da unidade familiar de produção.

Este é o caso da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracueteua (AUREMAT), cuja fundação em agosto de 2005 congregou as famílias extrativistas que lutaram por seu território de vida e trabalho e que resultou na criação de uma Reserva Extrativista, localizada nas águas, praias, várzeas, manguezais e marés do município de mesmo nome, no Nordeste Paraense, na região do Salgado.

Neste sentido, a formação e capacitação desses dirigentes em procedimentos administrativos, financeiros e contábeis torna-se uma primeira etapa essencial. Especialmente na Amazônia brasileira, onde as distâncias, os carentes sistemas educacionais e, muitas vezes, a ausência de instâncias governamentais aprofundam os obstáculos a serem superados por essas Diretorias associativas.

Para contribuir neste processo de formação, em especial no fortalecimento gerencial, administrativo e financeiro da associação, apresenta-se este projeto voltado à contratação de consultoria na área administrativa e desenvolvimento institucional, a fim de assessorar em procedimentos administrativos, financeiros e contábeis a diretoria da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracueteua (AUREMAT).

7. Propósito da contratação: Contratação de consultoria na área administrativa e financeira para apoiar a AUREMAT no estabelecimento de procedimentos para gestão administrativa e operacional.

8. Descrição das atividades:

A AUREMAT entende que a organização administrativa, financeira e contábil é vital para sua administração, haja vista o volume de recursos e atribuições que a associação tem em curso. Portanto, a consultoria deverá apoiar as atividades que demandam conhecimento financeiro, contábil e administrativo. Deverá também apoiar o corpo administrativo e dar apoio para gerenciar as informações necessárias para o monitoramento e avaliação.

Os trabalhos da consultoria serão realizados em caráter de assessoria administrativa, financeira e contábil para a AUREMAT. A partir das informações disponíveis, deverão ser realizadas coletas de informações locais, análises sistêmicas e documentação na forma de relatórios abordando as deficiências/vazios, problemas, indicações de procedimentos e questões ligadas ao gerenciamento. Esses relatórios produzidos serão a base para os treinamentos a serem planejados e executados.

8.1 Atividades a serem desenvolvidas

- 8.1.1 Elaborar plano de trabalho;
- 8.1.2 Elaborar documento sobre da legislação institucional, trabalhista, fiscal e tributária aplicada às associações, com linguagem compatível aos associados a AUREMAT;
- 8.1.3 Avaliar e propor alterações ao estatuto da AUREMAT de acordo com as leis vigentes e as necessidades da entidade;
- 8.1.4 Propor adequar o livro de matrícula e dar treinamento no registro desse;

- 8.1.5 Propor mecanismo e dar treinamento em controle de aplicações financeiras e conciliação bancária;
- 8.1.6 Propor mecanismo e dar treinamento no sistema contábil da AUREMAT;
- 8.1.7 Avaliar as questões fiscais, de impostos e trabalhistas da AUREMAT;
- 8.1.8 Analisar os contratos de prestadoras de serviços com base na legislação fiscal;
- 8.1.9 Treinar e capacitar na elaboração de cálculos trabalhistas: CLT e autônomo;
- 8.1.10 Propor mecanismo e dar treinamento em gestão de documentos e arquivo;
- 8.1.11 Propor e dar treinamento em procedimentos e controles administrativos, financeiros e gerenciais necessários para a boa gestão da AUREMAT;
- 8.1.12 Apoiar a Diretoria da AUREMAT na avaliação e preparo de relatórios mensais e anual de prestação de contas e propor o aprimoramento desse processo;
- 8.1.13 Dar treinamento em avaliação e preparo de relatório de prestação de contas e procedimentos para o atendimento das demandas de agentes financiadores de projetos
- 8.1.14 Assessorar a AUREMAT no desenvolvimento de suas atividades administrativas e gerenciais;
- 8.1.15 Propor e participar de reuniões com conselho diretor, conselho deliberativo da Resex e outros atores;
- 8.1.16 Auxiliar na elaboração do planejamento orçamentário da AUREMAT para 2.012 de maneira participativa.
- 8.1.17 Treinar e capacitar dirigentes, líderes comunitários e jovens associados da AUREMAT na administração e gerenciamento associativo;
- 8.1.18 Preparar relatório final de atividades desenvolvidas, fazendo análise para o bom andamento da AUREMAT.

8.2 Detalhamento:

O consultor irá desenvolver seu trabalho em escritório e equipamentos próprios (particular) e nas instalações da AUREMAT – localizada na vicinal para Porto da Alemanha km 18,5 - comunidade do Nanã, município de Tracuateua – durante um período mínimo de 10 (dez) dias por mês. Atuará também, quando necessário, em atividades referentes à coleta de informações, orientações, realização de reuniões e contatos com órgãos da administração pública federal e estadual responsáveis pelas atividades de arrecadação e fiscalização tributária, previdenciária, fiscal e trabalhista, além de casas bancárias e cartórios nas cidades de Belém, Castanhal, Capanema e Bragança, no estado do Pará. O trabalho será realizado sob supervisão do Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Tracuateua, tendo o Presidente da AUREMAT e o Gestor da Resex (ICMBio) como responsáveis pela supervisão e aprovação técnica dos trabalhos produzidos e prazos da consultoria. O ICMBio será também responsável pelo cumprimento/atendimento das questões administrativas do contrato de consultoria, sendo os custos com hospedagem, alimentação e passagem por conta do consultor, conforme determina Portaria nº 168 de 25/07/08-MMA.

8.3 Forma de apresentação:

Os produtos elaborados pelo consultor devem ser apresentados à Presidência da AUREMAT e à Chefia da Resex Marinha de Tracuateua (ICMBio) para comentários, avaliação e emissão de parecer.

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, em língua portuguesa, entregues em 2 (duas) vias impressas encadernadas e duas em meio digital (CD-ROM), nos formatos .doc e pdf., utilizando o Word 6.0 e Excel ou superior, digitado em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5 entre linhas e formatados em papel tamanho A4.

Em todas as páginas impressas dos documentos apresentados deve constar a rubrica do responsável técnico pelos mesmos, com a sua assinatura na página final ou, se for o caso, de toda a equipe envolvida.

As atividades participativas realizadas devem ser devidamente documentadas e registradas através de listas de presenças, atas de reuniões e outros instrumentos, incluindo também registro fotográfico.

A documentação levantada sobre a AUREMAT em versão impressa e/ou digitais deve ser entregue à administração da associação.

O relatório final será entregue de forma preliminar para análise e aceite à Presidência da AUREMAT e à Chefia da Resex Marinha de Tracuateua (ICMBio). O consultor adequará ou corrigirá os produtos conforme necessidade, e entregará a versão final em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

9. Direitos autorais e de propriedade intelectual

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os

direitos autorais revertidos para a AUREMAT e o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização dos mesmos, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização da AUREMAT e do ICMBio.

Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

10. Prazos:

Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Presidência da AUREMAT e da Chefia da Resex Marinha de Tracuateua, esta terá um prazo de 05 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 05 dias após aprovação da versão preliminar feita pela Presidência da AUREMAT e pela Chefia da Resex Marinha de Tracuateua.

O pagamento das parcelas da consultoria será efetuado mediante a apresentação e aprovação dos produtos, obedecendo ao cronograma abaixo:

11. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA (*)
<p>Produto 1 – Atividades 8.1.2: Elaborar documento sobre da legislação institucional, trabalhista, fiscal e tributária aplicada às associações, com linguagem compatível aos associados a AUREMAT;</p>	10%	15 dias
<p>Produto 2 – Atividades 8.1.3 e 8.1.4: Avaliar e propor alterações ao estatuto da AUREMAT de acordo com as leis vigentes e as necessidades da entidade; e Propor adequar o livro de matrícula e dar treinamento no registro desse;</p>	10%	45 dias
<p>Produto 3 – Atividades 8.1.5 e 8.1.6: Propor mecanismo e dar treinamento em controle de aplicações financeiras e conciliação bancária; e Propor mecanismo e dar treinamento no sistema contábil da AUREMAT;</p>	10%	90 dias
<p>Produto 4 – Atividades 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9: Avaliar as questões fiscais, de impostos e trabalhistas da AUREMAT; Analisar os contratos de prestadoras de serviços com base na legislação fiscal; e Treinar e capacitar na elaboração de cálculos trabalhistas: CLT e autônomo;</p>	10%	130 dias
<p>Produto 5 – Atividades 8.1.10 e 8.1.11: Propor mecanismo e dar treinamento em gestão de documentos e arquivo; e Propor e dar treinamento em procedimentos e controles administrativos, financeiros e gerenciais necessários para a boa gestão da AUREMAT;</p>	10%	170 dias
<p>Produto 6 – Atividades 8.1.12 e 8.1.13 Apoiar a Diretoria da AUREMAT na avaliação e preparo de relatórios mensais e anual de prestação de contas e propor o aprimoramento desse processo; e Dar treinamento em avaliação e preparo de relatório de prestação de contas e procedimentos para o atendimento da demandas de agentes financiadores de projetos Assessorar a AUREMAT no desenvolvimento de suas atividades administrativas e gerenciais;</p>	10%	210 dias

<p>Produto 7 – Atividades 8.1.16 e 8.1.17: Treinar e capacitar dirigentes, líderes comunitários e jovens associados da AUREMAT na administração e gerenciamento associativo; e Preparar relatório final de atividades desenvolvidas, fazendo análise para o bom andamento da AUREMAT.</p> <p>Produto 8 – Atividade 8.1.18: Preparar relatório final de atividades desenvolvidas, fazendo análise para o bom andamento da AUREMAT.</p>	10%	250 dias
	30%	270 dias
OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
12. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto	
13. Período da Contratação	09 meses	
14. Valor do Contrato:	Total Geral R\$:	
15. Nº de Vaga(s): 01		
16. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior
	<input checked="" type="checkbox"/> Especialização	<input type="checkbox"/> Mestrado
		<input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica(s): o consultor a ser contratado deverá ter nível superior em Contabilidade, ou Secretariado Executivo ou Administração		
18. Especializações/Cursos: Especialização em área correlata com o objeto da contratação.		
19. Experiência Profissional:		
19.1 Experiência profissional comprovada de no mínimo cinco anos em trabalhos relacionados ao gerenciamento financeiro e contábil de organizações não governamentais, associações ou cooperativas;		
19.2 Experiência comprovada em avaliação e estudos sobre atividades financeiras e correlatas junto às organizações de interesse social;		
19.3 Comunicação no idioma português, habilidade em escrever documentos e relatórios, disponibilidade para viagens e para dedicação ao trabalho no período determinado;		
19.4 Capacidade na realização de processo de consulta técnicas e realização/condução de reuniões e oficinas		
19.5 Desejável especialização em gestão de organização do 3º Setor.		
20. Tempo de Experiência Profissional: Experiência profissional comprovada de no mínimo cinco anos em trabalhos relacionados ao gerenciamento financeiro e contábil de organizações não governamentais, associações ou cooperativas.		
21. Localidade de Realização do Trabalho: Tracuateua (PA)		
22. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
23. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
24. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
25. Conhecimento em língua inglesa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
26. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
27. Insumos Previstos:		
<p>A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT) disponibilizará as informações administrativas, financeiras e contábeis, estudos existentes, bem como pessoal técnico e administrativo necessários ao desenvolvimento das atividades. Além da disponibilização de sala e infraestrutura de apoio para realização dos treinamentos.</p> <p>O ICMBio também disponibilizará as informações e material bibliográfico à consultoria, bem como acesso aos acervo e aos documentos pertinentes à Resex que possam auxiliar na realização do trabalho.</p> <p>Independente do local de origem da consultoria, para a execução das atividades o profissional deverá se deslocar – conforme programação a ser estabelecida – às comunidades da Resex Marinha de Tracuateua, à sua sede administrativa e à sede da AUREMAT, na comunidade do Nanã, município de Tracuateua.</p>		

Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista,

28. Observações:

A seleção será realizada a partir de apresentação de carta de intenções e curriculum vitae.

As informações prestadas nos documentos serão de inteira responsabilidade dos candidatos, dispendo a AUREMAT e o ICMBio do direito de excluir do processo de seleção aquele que não atender os termos ou fornecer dados comprovadamente inverídicos.

As despesas decorrentes da participação no processo seletivo correrão por conta dos candidatos.

No caso de empate, terá preferência o candidato com maior tempo de experiência administrativa e financeira em organizações de interesse social na região Amazônica.

Critérios para seleção de Consultoria na área administrativa e financeira para a AUREMAT, na RESEX Marinha de Tracuateua

FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 01) (máximo 25)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	10
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui especialização, mestrado ou doutorado na área de conhecimento do produto	20
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui especialização, mestrado ou doutorado específico em gestão de organizações de interesse social ou do terceiro setor	25

INFORMÁTICA (Peso 01) (máximo 5)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Word e Excel	1,5
Internet / e-mail	2,0
Power Point	1,5

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 02)

(A) (máximo 20)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atividades não especificadas na área do objeto de contratação, conforme Edital.	0	0
Atividades desenvolvidas em organizações de interesse social	0,5 por ano completo	5
Atividades desenvolvidas em organizações de interesse social na Amazônia	1,0 por ano completo	10

(B) (máximo 50)

Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	1,5 por ano completo	15
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme Edital.	2,5 por ano completo	25

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 41

2- Setor Responsável: CGREX 3- Diretoria: DIUSP

4. Função do profissional a ser contratado: Técnico especializado em Capacitação de servidores e lideranças comunitárias de RESEX e RDS em Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública

5. Contexto: Entre as atribuições institucionais do ICMBio, compete ao órgão implementar as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a fim de assegurar a efetiva participação das populações locais nos processos de criação e gestão das UC, bem como, compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais com a unidade¹.

Para se efetivar o espaço da gestão ambiental pública, com condições para a participação individual e coletiva qualificada nos processos decisórios sobre o acesso e uso dos recursos ambientais no Brasil, é necessário que tanto os servidores, como as lideranças comunitárias, possuam conhecimentos e habilidades relacionados à prática educativa e pedagógica para a implantação e implementação de espaços democráticos que garantam uma efetiva participação cidadã nos processos de gestão. No entanto, a formação dos analistas ambientais do Instituto, e também das lideranças comunitárias, com poucas exceções, é deficitária em relação aos conceitos e práticas fundamentantes desses espaços democráticos.

É necessário que uma proposta de capacitação venha buscar sanar essa lacuna na formação de servidores e lideranças comunitárias de RESEX.

Este TDR vincula-se aos produtos 2.2 e 6.1 do Projeto Pnud BRA/08/023 – “Promoção da Gestão Participativa de áreas protegidas” e visa apoiar o alcance de parte das suas metas.

6. Justificativa

Faz-se necessário conceber espaços formativos institucionais em que os gestores, servidores das UC e lideranças comunitárias tenham a oportunidade de capacitar-se em Educação Ambiental, com vistas a implantação e implementação de espaços democráticos que garantam uma efetiva participação cidadã nos processos de gestão das UCs. Dessa maneira, os gestores e lideranças poderão promover e acompanhar, com mais propriedade, processos que assegurem que os espaços participativos sejam efetivamente exercício de cidadania e de prática de democracia participativa, permitindo uma efetiva participação das populações locais na gestão participativa das UC, conforme apregoa o SNUC, contribuindo assim para resolução dos conflitos socioambientais que afetam essas áreas protegidas.

7. Propósito da contratação:

Consultoria para o planejamento e execução de um curso de capacitação a distância e presencial em Educação Ambiental na gestão pública da Biodiversidade dirigido a servidores do ICMBio e a lideranças comunitárias de RESEX e RDS, a fim de criar condições cognitivas e práticas para fortalecer os espaços democráticos e de gestão participativa, conforme apregoa o SNUC.

Quando pensamos em Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública, estamos desejando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam à qualidade do meio ambiente.

8. Descrição das detalhada das atividades:

1 SNUC - Lei 9.985/2000 - Art. 5º, parágrafo III: “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UCs” e de ter um Conselho (Decreto 4.340/2002, Art. 20, parágrafo IV) que entre outras funções, deve “esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade”.

O curso possuirá 4 etapas:

Etapa 1 – Oficina de planejamento – 40 horas - 01 a 05 de agosto – em Brasília

- definição dos critérios de seleção dos cursandos
- definição Plano de ensino-aprendizagem do curso (conteúdo didático, atividades, métodos e insumos a serem utilizados)
- definição dos insumos necessários para a realização da etapa presencial

Etapa 2 – Processo de seleção – 20 horas – data a ser definida – em Brasília

- coordenação do processo de seleção das pessoas que participarão na etapa presencial, em conjunto com a Coordenação de Educação Ambiental e Capacitação Externa (CEAC).

Etapa 3 – Curso de capacitação – 80 horas - 18 a 28 outubro – Iperó SP (ACADEBio)

- Ministrará capacitação presencial de 40 pessoas entre servidores do Instituto Chico Mendes e lideranças comunitárias de RESEX e RDS selecionadas

Etapa 4 – Promover oficina de avaliação do curso – 16 horas – data a ser definida – em Brasília.

- Participar de oficina em Brasília com a equipe (ou parte dela) que ajudou a planejar o curso desde a oficina de trabalho em agosto, para fazer avaliação e recomendações para as próximas edições do mesmo.

8.2 Forma de apresentação:

- Os produtos a serem gerados pela consultoria devem ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios seguirá os padrões estabelecidos pela ABNT.
- O relatório final será entregue de forma preliminar para análise e aceite do ICMBio. O consultor adequará ou corrigirá os produtos conforme necessidade, e entregará a versão final.
- Os produtos finais serão elaborados em documento formato .doc ou .xls compatível com *Microsoft Word* ou *Excel*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

9. Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

10. Prazos:

- A consultoria será realizada em até 150 dias (5 meses), a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto, conforme programa e porcentagem descrita abaixo.
- Sempre que produtos forem submetidos à apreciação do Macroprocesso de Gestão Socioambiental, esta terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. O contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias após a manifestação do ICMBio.
- Os produtos serão entregues de acordo com o cronograma abaixo:

11. PRODUTOS

VALOR (R\$)

DATA PREVISTA

Produto 1 –Plano de Ensino-Aprendizagem do curso		20 de agosto de 2011
Produto 2 – Conteúdo didático do curso e relatório descritivo da execução do curso presencial, com registro fotográfico		20 de novembro de 2011
Produto 3 - Relatório da oficina de avaliação do curso.		15 de dezembro de 2011
OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
12. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto	
13. Período da Contratação	5 meses	
14. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor. Desta forma, desde já, estipulamos que ocorrerá 1 (uma) viagem para a ACADEBIO via aeroporto de Campinas, onde o consultor terá alimentação e hospedagem arcadas pelo Instituto.	Total Geral: R\$	
15. Nº de Vaga(s):	01	
16. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input type="checkbox"/> Nível Superior
	<input checked="" type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica(s): formação acadêmica superior em áreas afins a temática do TDR		
18. Experiência Profissional: 5. Ter experiência em ministrar cursos/oficinas na área ambiental; 6. Ter experiência em trabalhos com populações tradicionais; 7. Desejável ter trabalhos relacionados à Unidades de Conservação, em especial RESEX e RDS; 8. Desejável ter experiência de trabalho em resolução conflitos socioambientais; 9. Desejável ter experiência de trabalho em gestão participativa;		
19. Tempo de Experiência Profissional: 5 anos de trabalho na área de educação na temática ambiental		
20. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília/DF e Iperó/SP		
21. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
22. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
23. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
24. Conhecimento em língua inglesa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
25. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
26. Insumos Previstos: Impressão do material didático do curso presencial para os participantes. Infra-estrutura para realização das reuniões e curso presencial, hospedagem no local de realização do curso, alimentação nos dias de realização do curso.		

Critérios para a Contratação de Consultor para elaboração e execução de um Curso de Educação Ambiental na Gestão de Unidades de Conservação

Critérios		Pontos
Formação Acadêmica Pontuação Máxima: 10 pontos	Doutorado em área compatível	3,75
	Mestrado em área compatível	3,25
	Especialização em área compatível	2,00
	Formação em área compatível	1,00
Experiência Profissional Pontuação Máxima: 30 pontos (peso 3)	Experiência profissional comprovada de, no mínimo, 5 anos com processos educativos na Gestão Ambiental;	5 anos (2 pontos) 6 anos (3 pontos) 7 anos (4 pontos) 8 anos ou mais (6 pontos)
	Experiência em planejamento e capacitação em Educação Ambiental na Gestão Ambiental;	2,0 (cinco) pontos por trabalho
	Experiência em trabalhos com populações tradicionais	2,0 (dois) pontos por trabalho com esse tipo de público
	Conhecimento pedagógico e domínio de instrumentos e metodologias participativas.	2,0 (dois) pontos por trabalho que comprove essa atuação
	Trabalhos de planejamento pedagógico aplicada à gestão de conflitos socioambientais	2,0 (dois) pontos por trabalho

MODELO DE CURRÍCULO

CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMAÇÕES PESSOAIS							
Nome completo:							
E-mail:							
Nº do RG:							
Órgão Expedidor:							
Data de Expedição:							
Data de nascimento: (dd/mm/aaaa)							
*Local de nascimento:							
Sexo:							
Nome do Pai:							
Nome da Mãe:							
Estado civil:							
Língua Pátria:*							
Nacionalidade de origem:							
Nacionalidade atual:							
HISTÓRICO PESSOAL							
Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?							
Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):							
ENDEREÇOS							
Tipo Endereço CEP	Estado	País	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial							
Residencial							
TELEFONES							
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal			
ESCOLARIDADE							
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível		
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS							
Nome do Curso	Local do Curso			Carga Horária			

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				
A partir da data:			Até (data):	Tempo de Experiência:
Cargo:			Empregador:	
Supervisor				
Cidade/Estado:				
Atividades:				
Número e tipo de empregados supervisionados				
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.				
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS				
Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)
ESPECIALIDADES				
No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.				
ESPECIALIDADE			TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)	
FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS				
Nome	Org. Internacional		Parentesco	

RESUMO DO CURRÍCULO: (De acordo com o perfil descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):

DATA ____/____/____

ASSINATURA